

O pior resultado para o mês em 3 anos

Prévia do PIB de

julho tem queda

de 0,16%, diz BC

Prefeitura de Niterói - Divulgação



“O momento é grave, precisamos da união de todos democratas”, diz prefeito de Niterói

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT), afirmou na terça-feira (10), em entrevista à TV 247, que “é fundamental e decisiva a união de todos os democratas, porque agora é preciso defender o Brasil e a democracia”. “É muito importante a defesa dessa frente ampla democrática para que a gente restabeleça no Brasil o estado democrático de direito de maneira plena”, destacou. “Os democratas e progressistas têm que buscar a unidade. Eu sei que não é fácil, porque se fosse fácil todos estariam no mesmo partido, estariam todos na mesma agremiação partidária. As pessoas e as lideranças políticas têm que se despir de vaidades, das lógicas partidárias para ter essa compreensão mais geral”, observou o líder pedetista. **Página 3**

Brizola Neto é lançado para prefeito do Rio

O ex-ministro e ex-deputado federal Brizola Neto acaba de ser lançado como pré-candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro pela legenda do PCdoB. Em entrevista ao HP, Brizola Neto afirmou que sua pré-candidatura vem para contribuir na construção de uma ampla frente “para enfrentar o atraso representado por Crivella e pelas matilhas bolsonaristas”. O pré-candidato destacou que a democracia está sendo ameaçada pelos ataques sistemáticos vindos do Planalto. “Bolsonaro é uma ameaça à democracia não só pela afronta que promove contra as instituições, o MP, a Polícia Federal, o Parlamento, o Judiciário, os sindicatos, os partidos políticos, as entidades estudantis, as entidades ligadas aos direitos humanos e ao meio ambiente”, disse. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Não há mercado interno que resista a arrocho de salário e ao desemprego

A economia brasileira recuou 0,16% em julho sobre junho, o pior resultado para o mês em três anos, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na sexta-feira (13). O IBC-Br é considerado uma “prévia” do

Produto Interno Bruto e inicia o terceiro trimestre bem abaixo da projeção de alta para o PIB feita pelo BC para 2019 de 0,8%. No primeiro trimestre, o PIB caiu -0,2%. No segundo trimestre ficou em torno de zero (0,4%). O resultado de julho aponta para um terceiro trimestre nada animador. **P 2**

Defesa da frente democrática por Rui Costa aumenta divisão do PT

O PT respondeu no sábado (14) à entrevista que o governador da Bahia, Rui Costa, deu à revista Veja, onde defendeu que o partido deve se abrir mais na relação com outras forças políticas e que o PT errou ao não apoiar Ciro em 2018. “Nas eleições de 2018, o certo era ter apoiado o Ciro Gomes. Fora o Lula, nenhuma das nossas lideranças seria capaz de superar o antipetismo ou disputar a Presidência em pé de igualdade”, disse o governador. “A reflexão também tem de ser anterior. Faltou perceber que era preciso dialogar com todos os segmentos sociais, mesmo com aqueles que pensam diferente”, disse o governador, na entrevista. **P 3**

Greve nacional se amplia e Correio pede acordo no TST

Os trabalhadores dos Correios estão em greve nacional em defesa de reajuste salarial e benefícios ameaçados pela direção da empresa. “Foram 36 sindicatos que em conjunto e com decisão unânime decidiram pela paralisação”, afirma Douglas de Melo, diretor do sindicato de São Paulo. **Pág. 4**



Eugênio Scanavino



Crânio enterrado no banheiro de Stroessner tinha perfuração à bala

Já foram encontrados três esqueletos na casa do ex-ditador Alfredo Stroessner. **Pág. 7**

Arábia Saudita leva troco pela agressão que faz ao Iêmen

Os crimes sauditas à sua injusta agressão”, “vão aumentar nossa determinação de responder”, afirmou porta-voz do governo iemenita. **Pág. 6**

Queimada atinge área de proteção em Alter do Chão

Um incêndio de grandes proporções voltou a atingir a Área de Proteção Ambiental (Apa) de Alter do Chão, no município de Santarém, no Pará. O fogo começou no sábado (14) e até a tarde desta segunda-feira (16) ainda não havia sido controlado. A polícia investiga a origem crimi-

nosa do fogo. O Governo do Pará solicitou ao Comando Militar do Norte deslocamento de aeronaves e reforço da Força Nacional para ajudar no combate à queimada. Alter Chão é o principal ponto turístico da região, conhecido como Caribe da Amazônia. **Página 4**



AFP

Anfip: Desmonte da Previdência não fará país crescer

Produção industrial cai em 8 de 15 locais pesquisados

Segundo IBGE, queda em SP é de 1,4%

A produção industrial paulista recuou -1,4% em julho de 2019, na comparação com junho deste ano, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nesta terça-feira (10). Além de São Paulo, sete dos quinze locais pesquisados pelo IBGE mostraram taxas negativas, acompanhando o recuo de -0,3% da indústria nacional na série com ajuste sazonal, pulcada no início deste mês (03).

O estado de São Paulo, que é o principal polo industrial do país, recuou pelo terceiro mês seguido e acumula queda entre maio e julho de -3,7%. Responsável por 34% da indústria, a produção em São Paulo caiu em todos os períodos analisados pelo instituto:

Julho 2019/Junho 2019: **-1,4%**
Julho 2019/Julho 2018: **-2,7%**
Acumulado Janeiro a Julho: **-1,0%**
Acumulado nos Últimos 12 Meses: **-2,2%**

“Os recuos mais acentuados foram no Amazonas (-6,2%) e em Pernambuco (-3,9%), com o primeiro local interrompendo dois meses consecutivos de alta, período em que acumulou crescimento de 2,6%; e o último marcando o terceiro resultado negativo seguido e acumulando perda de 8,6%. A região Nordeste (-2,6%), Rio Grande do Sul (-2,4%), Ceará (-1,5%), São Paulo (-1,4%) e Bahia (-1,3%) também recuaram abaixo da média nacional (-0,3%), enquanto Santa Catarina (-0,3%) completou o conjunto de locais com índices negativos em julho”, disse o IBGE.

A indústria brasileira, que não tem recebido incentivo nenhum do governo Bolsonaro, sofre com a inabilidade e desatinos deste governo. No início do ano, a perspectiva de crescimento do mercado financeiro era de 3,17% para produção indústria, e a projeção de alta para Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) apontava para 2,5%. Entretanto, nestes 8 meses de governo, a economia brasileira empalideceu – diante da queda do consumo, de corte nos investimentos públicos, do altíssimo desemprego e do trabalho precário (informalidade) em alta – e as expectativas foram derrubadas, apontando para indústria retração de -0,29% em 2019 e 0,87% de alta para o PIB, segundo a última sondagem divulgada pelo Banco Central (BC).

ANO SEM CRESCIMENTO

De acordo com Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), “a indústria caminha para um ano sem crescimento”.

“A produção da indústria não cresce desde o final do ano passado, o que vem significando uma clara interrupção de sua trajetória de recuperação antes mesmo de sequer compensar aquilo que perdeu no triênio de crise 2014-2016. Depois de um primeiro semestre recessivo, a segunda metade de 2019 começou também no vermelho: -0,3% em julho frente a junho, já descontados os efeitos sazonais. Resultado disso é que o nível de produção do setor em julho de 2019 é o mesmo de abril de 2017, quando a indústria mal tinha voltado a crescer”, diz a nota do IEDI, divulgada na segunda-feira (9).

A entidade destaca ainda que nos últimos três meses o retrocesso industrial tem influência do “ramo manufatureiro, que registrou -0,8% em maio, -0,9% em junho e -0,5% em julho, ante o mês anterior”, e que em julho, “42% dos 26 ramos industriais acompanhados pelo IBGE ficaram no vermelho, incluindo atividades tanto exportadoras como mais associadas ao mercado doméstico, a exemplo de alimentos (-1,0% ante jun/19 com ajuste); têxteis (-1,3%) e madeira (-2,2%), outros produtos químicos (-2,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-2,6%) eletrônicos e informáticos (-3,3%) e bebidas (-4,0%). Sintoma da demanda interna fraca e da desaceleração do comércio internacional”.

ANTONIO ROSA

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrjr@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahoocom.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Atividade econômica brasileira recua 0,16% em julho, diz BC



Economia afunda com Paulo Guedes, ministro da Economia, e Bolsonaro

Governo entrega para Exxon áreas próximas a megacampo de gás

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou na terça-feira (10) o leilão de áreas para exploração do 1º Ciclo da Oferta Permanente, um modelo de licitação promovido pela primeira vez, que oferece conforme sua identificação, um conjunto de blocos e áreas, permanentemente, com base no Artigo 4º da Resolução no. 17 de 8.6.2017 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

E o primeiro leilão em 20 anos em que a Petrobras não está presente. Quinze empresas tiveram suas ofertas validadas. O consórcio liderado pela norte-americana Exxon levou três blocos na Bacia Sergipe-Alagoas, ficando com 50% da associação, enquanto a brasileira Enauta (da construtora Queiroz Galvão) ficou com 30% e a norte-americana Murphy com 20%.

A descoberta pela Petrobrás de poços de gás natural em Sergipe e Alagoas, considerada a maior desde o pré-sal em 2006, é fator determinante para a presença dessa e de outras petroleiras monopolistas.

Dos 24 blocos no mar

que serão oferecidos no leilão desta semana da ANP, nove estão justamente em águas profundas da Bacia de Sergipe/Alagoas.

Com projeções de produção de até de 20 milhões de m³ por dia do gás que representa algo em torno de um terço da produção total brasileira, a descoberta foi divulgada em junho passado e deve gerar cerca de R\$ 7 bilhões por ano à Petrobrás e sócias, diga-se multinacionais do petróleo, conforme cálculo da consultoria Gas Energy.

Participaram ainda no leilão as gigantes: Shell, Repsol e a chinesa CNOOC, todas de olho também nas mudanças feitas no marco regulatório do gás.

O processo de oferta continua tem como base campos devolvidos (ou em processo de devolução) e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados.

Pelo mecanismo, as empresas é que escolhem as áreas e manifestam o interesse em adquirir ativos em oferta, acompanhado de garantias. Se aceitas, a ANP chama uma sessão pública de

ofertas, para que outras empresas possam competir pelas áreas.

No leilão do 1º. Ciclo foram arrematados 33 blocos exploratórios, com potencial de novas descobertas, nas bacias Sergipe-Alagoas, Parnaíba, Potiguar e Recôncavo.

Leiloados, ainda, 12 áreas com acumulações marginais, isto é, já tiveram atividade exploratória no passado, nas bacias Potiguar, Sergipe-Alagoas, Recôncavo e Espírito Santo.

Para os blocos exploratórios, onde ainda não há certeza sobre a presença de petróleo e gás, o bônus total arrecadado foi de R\$ 15,32 milhões (ágio de 61,48%). Para as áreas com acumulações marginais, áreas em fase de declínio, o bônus total foi de R\$ 6,98 milhões (ágio de 2.221,78%).

Dentre as áreas terrestres, 15 delas na Bacia Potiguar, foram arrematadas pela Petro Victory, empresa baseada nos Estados Unidos que tem foco em exploração e produção no Brasil. Outras seis, na Bacia do Parnaíba, foram adquiridas pela Eneva, que já produz gás e energia na região.

J.AMARO

IBGE: venda do comércio varejista está 5,3% abaixo do nível recorde alcançado em 2014

As vendas do comércio varejista, após dois meses seguidos em torno de 0% (julho 0,5% e maio 0,1%, revisados) registraram 1,0% em julho, em comparação com junho deste ano, na série com ajuste sazonal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na quarta-feira (11). Já no comércio varejista ampliado, e destaca que o indicador ainda se encontra 5,3% abaixo do nível recorde alcançado em outubro de 2014, quando naquele semestre o país entrou em recessão.

Para a economista e gerente da pesquisa mensal de comércio do IBGE, Isabella Nunes, o crescimento nas vendas em julho pode ser explicado pelo aumento na população ocupada, que acaba influenciando as “vendas de hipermercados”, que cresceu 1,9%, e Outros artigos de uso pessoal e doméstico, alta de 8,1%; que são atividades básicas para as famílias.

Porém, o aumento da população ocupada, segundo o IBGE, é resultado do aumento do emprego informal e por conta própria. No final do mês passado (22), o IBGE divulgou um

Janeiro (0,6%);
Fevereiro (0,0%);
Março (0,2%);
Abril (-0,3%);
Maio (0,1%);
Julho (0,5%);
Julho (1,0%).

Segundo o IBGE, o resultado de julho está no patamar de vendas próximo a junho de 2015, quando o país estava em plena recessão, e destaca que o indicador ainda se encontra 5,3% abaixo do nível recorde alcançado em outubro de 2014, quando naquele semestre o país entrou em recessão.

Para a economista e gerente da pesquisa mensal de comércio do IBGE, Isabella Nunes, o crescimento nas vendas em julho pode ser explicado pelo aumento na população ocupada, que acaba influenciando as “vendas de hipermercados”, que cresceu 1,9%, e Outros artigos de uso pessoal e doméstico, alta de 8,1%; que são atividades básicas para as famílias.

Porém, o aumento da população ocupada, segundo o IBGE, é resultado do aumento do emprego informal e por conta própria. No final do mês passado (22), o IBGE divulgou um

novo recorde no número de trabalhadores por conta própria no fechamento do segundo trimestre de 2019. De acordo com o instituto, a soma de pessoas que trabalham por conta própria – isto é, sem empregador, sem renda fixa, que vivem de “bicos” para sobreviver e que estão desprotegidas de direitos trabalhistas – chegou a 24,1 milhões de brasileiros. Desde 2017, este número cresceu desproporcionalmente ao emprego com carteira assinada e hoje já representa 25,9% do total de empregados do país.

Isabella Nunes alerta que o aumento do trabalho informal ainda não garante um crescimento sustentável para o varejo, porque a qualidade de renda deste perfil de trabalhador é baixa para o consumo se estender para além de atividades que não sejam básicas, e afirma que para o setor varejista alcançar um novo patamar, é preciso que a renda dos trabalhadores cresça.

“Para ganharem um novo patamar, as vendas precisam que a renda do trabalhador aumente mais”, disse Nunes.

A.R.

Pior resultado para o mês em 3 anos

A economia brasileira recuou 0,16% em julho sobre junho, o pior resultado para o mês em três anos, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado na sexta-feira (13).

O IBC-Br é considerado uma “prévia” do Produto Interno Bruto (PIB) e inicia o terceiro trimestre bem abaixo da projeção de alta para o PIB feita pelo Banco Central para 2019 de 0,8%.

No primeiro trimestre, o PIB caiu -0,2%. No segundo trimestre ficou em torno de ZERO (0,4%) e os resultados do mês de julho apontam para um terceiro trimestre nada animador.

A produção industrial em julho caiu -0,3% e acumula queda de -1,7% no ano. Sendo que a indústria de transformação caiu -0,5% em julho, depois de recuar -0,9% em junho e -0,8% em maio.

O setor de serviços, responsável por 73% do PIB, está 1,2% menor do que em dezembro de 2019. O crescimento de 0,8% em julho apenas repõe a perda de -0,7% verificada em junho, segundo o IBGE.

As vendas do comércio varejista, que desde o início do ano gira em torno de ZERO, para mais ou para menos, alcançou em julho, pela primeira vez após seis meses, 1,0% na comparação com junho deste ano.

Como já dizia o IEDI (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), com o desemprego elevado,

renda arrochada, incertezas e ruídos do governo, “o ano de 2019 está perdido”.

O IBC-Br é divulgado mensalmente e considera os indicadores da indústria, agropecuária e serviços, mais impostos. O PIB, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, é divulgado oficialmente pelo IBGE.

No primeiro trimestre deste ano, o resultado do PIB foi exatamente o mesmo divulgado pelo IBC-Br. Ambos mostraram uma queda de 0,2% na atividade econômica na comparação com o último trimestre do ano passado.

No segundo trimestre, quando o IBC-BR apontava para uma recessão técnica com um recuo de 0,13%, o resultado oficial do Produto Interno Bruto, divulgado pelo IBGE, registrava um aumento de 0,4%. Uma surpresa até mesmo para o mercado financeiro que estimava um PIB no segundo trimestre de 0,2%, um resultado 50% menor do que o divulgado pelo IBGE.

Como indagou o economista José Luís Oreiro, professor da Universidade de Brasília: “Por que razão o PIB do IBGE e o IBC-Br do Banco Central apresentaram comportamentos tão diferentes no segundo trimestre de 2019? (...) Parece que o BCB e o IBGE estão mostrando países diferentes. Me parece que há algo de podre no Reino da Dinamarca...” (Ver matéria: <https://horadopovo.com.br/bolsonaro-comemora-a-desgraca-no-pib/>)

Endividamento das famílias atinge 64,8% em agosto: é o maior em seis anos

O nível de endividamento das famílias brasileiras, conforme pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), atingiu 64,8% no mês de agosto. Em julho, esse índice ficou em 64,1%. A variação a mais de 1,09% é a oitava de uma sequência mensal consecutiva e é o maior índice de endividamento desde julho de 2013.

Em relação ao mês de agosto de 2018 o aumento é expressivo, de 60,7% para os 64,8%, ou 6,75%, considerando-se ainda estarmos analisando aumentos em um nível de endividamento já muito elevado.

A pesquisa também faz um levantamento de dados a respeito das famílias com dívidas vencidas, inadimplentes. O índice passou de 23,9% em julho para 24,3% em agosto. No mês de agosto do ano passado o indicador registrou 23,8% de famílias inadimplentes.

O tempo médio de atraso de contas ou dívidas teve uma pequena diminuição na apuração dos dados de agosto que ficou em 63,2 dias, enquanto

em julho foi de 64,0 dias. Em agosto de 2018 o número de dias fixou-se em 64,4 dias

Entre as famílias com dívidas, 31,3% delas têm compromissos a pagar por mais de um ano. De três meses a um ano são 43,5% e 25,2% das famílias estão comprometidas com as dívidas até três meses.

A parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou, na comparação anual, de 29,6% em agosto de 2018 para 29,8%, em agosto de 2019. Em julho, 29,9% renda estava comprometida.

Com 12,6 milhões de desempregados, o aumento do trabalho precário, atingindo 11,7 milhões, e o trabalho por conta própria, que soma de vendedores de pirulito nos faróis aos contorcionistas que se fazem de estátua nas praças, em 24,2 milhões de pessoas, é até de se admirar que o número de endividados e inadimplentes, apesar de estarem em níveis altos, não tenham um aumento explosivo. O nome é mesmo um valor levado muito a sério pelo povo.

J.AMARO

Em julho, setor de serviços ficou 1,2% menor do que dezembro do ano passado

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou nesta quinta-feira (12) os resultados do setor de serviços em julho, lamentando que o resultado está 11,8% abaixo do que foi atingido em 2014. Sobre o final de 2018, o setor está 1,2% menor.

Além da prestação de serviços diretos – arrefecida pelo desemprego e subemprego que já atingem 28,2 milhões de pessoas no país – a demanda da indústria foi apontada como principal fator para os resultados.

Isso demonstra que a despeito dos que defendem o desenvolvimento de uma “economia de serviços”, não há setor terciário que cresça sem o produtivo.

De acordo com o gerente da pesquisa Rodrigo Lobo, a queda em relação a dezembro pode ser explicada pelo setor de transporte – 2,8% menor que no final do ano passado.

“O transporte de carga, em especial o terrestre, tem uma grande aderência ao setor industrial”, disse, na coletiva de apresentação dos dados. “Esse resultado é influenciado pela magnitude da queda, além do peso do setor de transportes, que representa 31,25% nos ser-

viços”, esclarece o pesquisador.

A indústria, por sua vez, fechou em julho o terceiro mês consecutivo de resultados negativos. E no encerrar do primeiro trimestre, o resultado foi 2,5% menor que no mesmo período do ano passado.

Na passagem de junho para julho, houve variação positiva de 0,8% – todavia, nada que pudesse recompor, também, o nível em que o volume de serviços estava em dezembro do ano passado. “Continua errático o comportamento do setor de serviços”, resumiu Lobo.

“Não dá para chamar ou inferir que essa taxa de 0,8% é o início de uma reação ou recuperação. Foi apenas uma reposição de uma perda de um mês anterior”, disse o IBGE.

Em junho, o volume no setor de serviços havia caído 0,7% sobre maio.

“Para o setor ter uma alta maior e consistente a economia precisa estar mais forte e os setores de comércio e especialmente a indústria mandarem mais serviços, assim como as próprias famílias, cuja renda está estabilizada”, acrescentou Lobo.

PRISCILA CASALE



Rui Costa (PT), governador da Bahia PT ataca o governador da Bahia que defendeu a frente democrática

O PT respondeu no sábado (14) à entrevista que o governador da Bahia, Rui Costa, deu à revista Veja, onde defendeu que o PT deve se abrir mais na relação com outras forças políticas e que o partido errou ao não apoiar Ciro Gomes em 2018. Em nota, a direção do partido, dirigida por Gleisi Hoffmann, afirmou que “o debate sobre 2022 é prematuro e que o apoio a Ciro em 2018 não se justificava”.

“Nas eleições de 2018, o certo era ter apoiado o Ciro Gomes. Fora o Lula, nenhuma das nossas lideranças seria capaz de superar o antipetismo ou disputar a Presidência em pé de igualdade”, disse o governador. “A reflexão também tem de ser anterior. Faltou perceber que era preciso dialogar com todos os segmentos sociais, mesmo com aqueles que pensam diferente”, disse o governador, na entrevista.

Rui Costa argumentou, também, que “a bandeira Lula Livre não deva ser condicional para que o partido forme alianças com partidos de oposição”.

Além de dizer que o debate sobre 2022 é prematuro, a nota do PT afirma que a decisão foi correta de lançar candidato próprio em 2018 e que só perdeu “pelo uso criminoso de notícias falsas pela campanha de Bolsonaro, com financiamento ilegal até de fontes estrangeiras, contando com a omissão da mídia e da Justiça Eleitoral”.

O balizamento pela direção do PT à discussão sobre o pleito de 2022 tem a ver com o fato do governador da Bahia ter colocado seu nome como uma das alternativas à sucessão de Bolsonaro. “Mais do que projetarem nomes, os partidos deveriam deixar a vaidade de lado. Se cada um quiser se colocar um degrau acima, não vamos conseguir pensar um projeto de país”, afirmou.

“Hoje quero construir com outras lideranças essa alternativa. Mas é óbvio que, se digo que estou disposto a construir algo, então estou disposto a assumir qualquer tarefa”, destacou.

Rui Costa incomodou a direção do PT ao também avaliar que há problemas com o governo da Venezuela. “Esse é um problema que ocorreu com o PT, porque manifestamos unilateralmente apoio a um dos lados na Venezuela, independentemente do que estivesse ocorrendo”, avaliou. “Há sinais claros de que a democracia está sendo desrespeitada e de que agressões estão sendo desferidas contra pessoas e seus direitos”, afirmou o governador.

Na nota, a direção do PT, que apoia Nicolas Maduro, diz que a visão do partido sobre a Venezuela “considera primeiramente que o país vizinho se encontra sob criminoso embargo econômico e tentativa de intervenção militar estadunidense (com apoio do governo Bolsonaro), o que denunciamos em todos os fóruns. O PT repudia as tentativas de golpe, defende a pacificação do país e uma saída negociada democraticamente para a crise da Venezuela, respeitando o direito de autodeterminação do povo venezuelano”.

Luciana Genro defende ampla frente contra os retrocessos de Bolsonaro

A deputada estadual Luciana Genro (PSOL-RS) afirmou que a forma de enfrentar o retrocesso de Bolsonaro é compondo uma frente que consiga englobar não somente a esquerda, mas figuras como Rodrigo Maia (DEM-RJ) e setores do PSDB.

“O Bolsonaro é um protofascista que tem uma base social significativa que concorda com as ideias dele. As pesquisas mostram de 20 a 30%. Grande parte votou nele porque queria derrotar o PT, não porque queria um presidente

fascista no poder. Isso significa que a gente tem condições de derrotar o Bolsonaro”, disse a parlamentar em entrevista ao portal Sul21.

“Eu sou a favor de compor inclusive com o Rodrigo Maia (DEM) em torno de bandeiras concretas”, declarou, “para enfrentar a censura que o Bolsonaro quer impor à arte, para enfrentar os cortes na educação, para enfrentar a misoginia, para enfrentar retrocessos do ponto de vista dos direitos LGBT”.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Júlio Delgado, do PSB: “não haverá união sob a bandeira ‘Lula Livre’”

O deputado federal Júlio Delgado (PSB-MG), que almeja disputar a Prefeitura de Belo Horizonte, afirmou no sábado (14), em entrevista ao Metrôpoles, que o país deve superar a polarização atual na política brasileira. “Não haverá união dos partidos de esquerda no Brasil com o PT sob a bandeira da campanha Lula Livre”, disse.

“Isso (Lula Livre), para nós, é uma coisa considerada ultrapassada. Nós reconhecemos a liderança do Lula. Nós reconhecemos o

papel que ele teve no pagamento da dívida social que tivemos por um período, mas também reconhecemos seus equívocos no final de seu governo. Os equívocos de ordem ética, moral no governo Lula e foram seqüenciados no governo Dilma”, destacou o deputado.

“Essa bandeira do Lula Livre é uma bandeira do PT. A gente não pode querer participar de movimentos de que esta bandeira esteja preponderante”, observou.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Flávio e Queiroz insistem em anular as provas da lavagem

Fotomontagem/HP



Flávio Bolsonaro e seu assessor e ex-motorista Fabrício Queiroz

“O momento é grave e exige uma frente democrática”, defende prefeito de Niterói

O prefeito de Niterói, Rodrigo Neves (PDT), afirmou na terça-feira (10), em entrevista à TV 247, que “é fundamental e decisiva a união de todos os democratas, porque agora é preciso defender o Brasil e a democracia”.

“É muito importante a defesa dessa frente ampla democrática para que a gente restabeleça no Brasil o estado democrático de direito de maneira plena”, destacou.

“Os democratas e progressistas têm que buscar a unidade. Eu sei que não é fácil, porque se fosse fácil todos estariam no mesmo partido, estariam todos na mesma agremiação partidária. As pessoas e as lideranças políticas têm que se despir de vaidades, das lógicas partidárias para ter essa compreensão mais geral”, observou o líder pedetista. “Eu defendo isso por-

que o momento exige isso. A gravidade da situação econômica, da situação social do Brasil, a ameaça ao estado democrático de direito, impõem a necessidade desse diálogo para além da própria esquerda”, destacou Rodrigo Neves.

“Então”, prosseguiu o prefeito, “eu acredito que esse movimento tende a se fortalecer no próximo período e as lideranças têm que fazer um esforço pela unidade, têm que ter essa dimensão e em algum momento eu acredito que elas terão essa intenção de buscar convergir e confluir no diálogo, que, nós sabemos, não é fácil”.

“Nós tivemos agora recentemente uma declaração do vereador Carlos Bolsonaro. Ela causou repulsa em amplos setores, não só no centro e na esquerda. Até segmentos de direita mais lúcidos, vamos dizer assim, rea-

giram. É o Brasil e a democracia que estão sendo ameaçados. Acima de divergências deve estar o compromisso com o Brasil. Acima dos interesses partidários deve estar o compromisso com o Brasil e com a retomada do Brasil”, prosseguiu.

“Temos que fazer esse movimento agora para podermos vislumbrar a retomada de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto de desenvolvimento da economia brasileira e de políticas sociais. Não podemos conviver com o teto de gastos para a área social. Isso vai provocar uma crise de grandes proporções. É inaceitável que Universidades estejam sofrendo cortes de recursos. Vamos ter que reverter tudo isso”, enfatizou o político fluminense.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Brizola Neto é lançado a prefeito do Rio e quer frente contra “o atraso bolsonarista”

O ex-ministro e ex-deputado federal Brizola Neto acaba de ser lançado como pré-candidato a Prefeitura do Rio de Janeiro pela legenda do PCdoB. Em entrevista ao HP, na segunda-feira (16), Brizola afirmou que sua pré-candidatura vem para contribuir na construção de uma ampla frente “para enfrentar o atraso representado por Crivella e pelas matilhas bolsonaristas”.

O pré-candidato destacou que a democracia

brasileira está sendo ameaçada pelos ataques sistemáticos vindos do Planalto. “Bolsonaro é uma ameaça à democracia não só pela afronta que promove contra as instituições da democracia brasileira, o MP, a Polícia Federal, o Parlamento, o Judiciário, os sindicatos, os partidos políticos, as entidades estudantis, as entidades ligadas aos direitos humanos e ao meio ambiente”, disse ele.

Brizola Neto avaliou

que a situação do país é crítica e ressaltou que o Rio de Janeiro “está ainda pior”. “Vivemos a pior recessão econômica da nossa história, a economia do Rio de Janeiro encolheu 8% nos últimos 4 anos, temos as maiores taxas de desemprego e mais 1,7 milhões de trabalhadores vivendo na informalidade”, denunciou.

Leia a entrevista na íntegra em www.horadopovo.com.br

Ciro Gomes: “minha geração sabe o que custou retomar a democracia”

“A frente não é de esquerda, é uma frente pela democracia”

O ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes (PDT) afirmou na sexta-feira (13), em entrevista à BBC Brasil (veja a íntegra abaixo), que está pedindo para que Jair Bolsonaro “fale claramente sobre isso [a fala de seu filho sobre a democracia], que afirma estar viajando pelo país em defesa da democracia”.

Ciro disse que “o que já está acontecendo e o que vai acontecer no Brasil é tão caloroso, é uma confusão tão gigantesca, que há um poder de combustível imenso nessa crise”.

“Haverá momentos gravíssimos nos próximos

seis meses, um ano, um ano e meio, na medida que a ilusão da retórica do Bolsonaro se revelará completamente vã e eu não sei como ele vai reagir a isso, não escapa da minha visão uma renúncia, porque ele não tem psicologia para isso, não tem formação para o contraditório”, disse ele.

Bolsonaro “é uma figura gravemente despreparada e o mundo está, lamentavelmente, vendo isso de uma forma tosca, grosseira, de maneira que o que vai restar do que está hoje ninguém sabe”, prosseguiu o ex-ministro.

Senadora atacada por Flávio Bolsonaro deixa o PSL

A senadora Juíza Selma Arruda (PSL-MT), que foi agredida pelo senador Flávio Bolsonaro, anunciou que vai deixar o partido do governo. É o segundo parlamentar em duas semanas a deixar o PSL. O deputado Alexandre Frota saiu e foi para o PSDB. Ela informou que deverá se filiar ao Podemos.

A ex-juíza disse que

bateu o telefone na cara do filho do presidente quando ele gritou com ela. A senadora do Mato Grosso vinha fazendo críticas ao PSL. Em entrevista à Folha de S. Paulo, afirmou que o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) gritou com ela pedindo para que não assinasse o pedido de criação da CPI da Lava Toga.

Flávio Bolsonaro não

quer a CPI porque foi beneficiado por uma decisão de Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF). Toffoli decidiu interromper as investigações de lavagem de dinheiro operada de dentro do gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio por seu motorista, Fabrício Queiroz. Leia mais em www.horadopovo.com.br

Filho de Bolsonaro moveu nova ação na Justiça para tentar barrar as investigações da lavagem de dinheiro operada pelo seu ex-motorista Fabrício Queiroz

Flávio Bolsonaro (PSL) tenta mais uma vez impedir o prosseguimento das investigações sobre o esquema de lavagem de dinheiro operado por seu assessor e ex-motorista Fabrício Queiroz, que confessou fazê-lo de dentro de seu gabinete na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Ele pediu a anulação da sua quebra de sigilos e de seu comparsa, determinadas pela Justiça.

A defesa de Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) entrou com a nova ação na 3ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) com o intuito de barrar o andamento das investigações, segundo informa reportagem do jornal O Globo.

O “zero um” de Bolsonaro alega que à época ele era parlamentar e, em tese, não poderia ter sido alvo da ação determinada por um juiz de primeira instância.

A defesa argumenta que a investigação deveria correr no órgão especial do TJ-RJ, por causa do foro privilegiado dos parlamentares estaduais. Pede assim, a incompetência do juiz de primeira instância e a anulação das provas decorrentes das decisões proferidas até agora.

A desembargadora Mônica Toledo de Oliveira levou para a 3ª Câmara do Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) o pedido da defesa do senador, que apresentou um pedido de habeas corpus solicitando a anulação de sua quebra de sigilo bancário e das provas decorrentes da investigação, que apura o desvio de salários no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio.

A desembargadora ressaltou que, embora a legislação preveja o foro privilegiado dos deputados estaduais, o recente entendimento do STF sobre foro privilegiado deu nova interpretação à atual legislação. Por isso, o caso deve ser discutido pela 3ª Câmara.

A investigação já está interrompida porque o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, determinou a paralisação de todos os processos nos quais dados bancários de investigados tenham sido compartilhados por órgãos de controle, como o Coaf (antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras), sem autorização prévia da Justiça. Mesmo assim, Flávio continua tentando parar a Justiça.

O escândalo da lavagem de dinheiro no gabinete do então deputado Flávio Bolsonaro começou depois que o Coaf detectou uma movimentação financeira inicialmente de R\$ 1,2 milhão de Fabrício Queiroz entre 2016 e 2017, sem que ele tivesse renda que justificasse essa movimentação. Depois, o órgão descobriu que, de 2014 a 2017, Queiroz movimentou um total de R\$ 7 milhões.

Vários funcionários, muitos deles fantasmas, que nunca tiveram nem crachá da Assembleia Legislativa do Rio, depositavam regularmente valores na conta de Queiroz. Depósitos suspeitos foram detectados também na conta do então deputado Flávio. Segundo pa-

lavras do próprio presidente, Queiroz teria depositado R\$ 1 milhão na conta do filho.

Num desses movimentos suspeitos, foram feitos 48 depósitos de R\$ 2 mil na conta do deputado num espaço de tempo muito reduzido, levantando fortes suspeitas de lavagem de dinheiro. O Ministério Público e a Polícia Federal suspeitaram do envolvimento das milícias do Rio no esquema de lavagem de dinheiro do gabinete de Flávio Bolsonaro. O então deputado homenageou milicianos por diversas vezes.

Recentemente mensagens contidas no telefone de uma ex-funcionária do gabinete de Flávio vieram a público e constrangeram ainda mais o senador. A funcionária era Danielle Nóbrega, mulher do miliciano foragido Adriano Nóbrega.

As mensagens apreendidas pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio, durante a Operação “Os Intocáveis”, revelaram que Fabrício Queiroz permitiu Danielle para tentar blindar Flávio Bolsonaro e evitar que se tornasse pública a vinculação do gabinete do atual senador com o criminoso de aluguel.

No mesmo dia em que veio a público a investigação por movimentações milionárias, em dezembro de 2018, Queiroz comunicou por Whatsapp a Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, ex-mulher de Adriano Magalhães da Nóbrega, o “Capitão Adriano”, chefe de milícia da Zona Oeste e integrante do Escritório do Crime, que ela estava exonerada do gabinete de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa (Alerj).

Por mensagem de texto, Queiroz pediu à Danielle que evitasse usar o sobrenome do miliciano. Para reforçar o pedido, encaminhou uma foto, divulgada pela mídia na época, na qual ele e Flávio aparecem juntos, lado a lado, no gabinete. Queiroz explicou que o motivo era o fato de que os dois eram alvos de uma investigação.

Ou seja, Queiroz pediu para Danielle se esconder e fingir que não conhecia o miliciano com quem era casada. Ele e outros 13 milicianos estavam sendo procurados pela operação “Os Intocáveis”. Todos foram presos, menos Adriano, que está foragido até hoje.

Para o Ministério Público, os valores recebidos por Danielle na Assembleia funcionavam como uma sinecura. Não há qualquer indício de que ela, de fato, exercia as funções de assessora parlamentar. Apesar de ter ficado mais de uma década lotada no gabinete de Flávio na Alerj – 6 de setembro de 2007 a 13 de novembro de 2018 – ela nunca teve crachá na Alerj. O salário dela era de R\$ 6.490,35.

A exoneração de Danielle ocorreu no mesmo dia do afastamento de Raimunda Veras Magalhães, mãe de Nóbrega, que também tinha cargo no gabinete de Flávio desde junho de 2016. Diferentemente de Danielle, a mãe do miliciano foi alvo do relatório do antigo Coaf que identificou a movimentação atípica. S. C.

“Flávio Bolsonaro é quem tem que cair fora do PSL”, afirma o Major Olímpio

a ficar e resistir conosco”, disse Major Olímpio.

Durante entrevista ao jornal Estado de S. Paulo, o senador afirmou que a presença do filho de Jair Bolsonaro no partido dá “muita vergonha”.

“Quem tem que cair fora do PSL é o Flávio, não ela [a senadora Juíza Selma Arruda]. Gostaria que ele saísse hoje mesmo”, continuou.

As discussões dentro do PSL sobre apoiar ou não a abertura da “CPI da Lava Toga” levaram a senadora Juíza Selma Arruda (MT) a anunciar sua saída em direção ao Podemos. Flávio Bolsonaro anunciou que é contra a CPI. Assim como a senadora, o senador Major Olímpio também apoia a instalação da CPI.

“Nós que representamos a bandeira anticorrupção do Presidente. Eu tentei convencê-la

Gasto do Brasil em Educação é um dos menores entre países da OCDE

Relatório da organização demonstra que o Brasil investiu por aluno menos da metade do que os outros países investiram. Baixo salário dos professores também causa impacto na conta

O relatório “Education at a Glance 2019”, realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil investe por aluno menos de 50% do que a média das nações que integram a organização. O estudo foi divulgado no último dia 10. O documento de 2019 analisa os sistemas de educação de 36 países membros da organização, além de dez outros parceiros, como o Brasil, a Argentina, a China, a Rússia e a África do Sul, entre outros.

Participam da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Peru, Polônia, Portugal e Reino Unido.

A percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) investido em educação no Brasil divido pelo total de alunos do ensino fundamental e médio no país estão bem abaixo da média da OCDE

Nas três modalidades de educação (ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio e técnico), o Brasil investiu por aluno menos da metade do que os outros países investiram.

No Brasil se gasta em média US\$ 3.800 por estudante do ensino fundamental I no ano. A média da OCDE é US\$ 8.600. O gasto por estudante no ensino fundamental II é US\$ 3.700, já a média dos países analisados pelo estudo é US\$ 10.200. E no ensino médio é técnico o gasto por aluno brasileiro é US\$ 4.100 e a média entre na OCDE a média é OCDE US\$ 10.000.

Na prática isso quer dizer que o Brasil investe 56% a menos do que a média no fundamental I, 64% a menos no fundamental II e 59% a menos no médio e técnico.

Vale ressaltar que esta é uma comparação em relação à média dos países analisados pelo estudo e não uma comparação entre as nações que mais investem em educação. Se a comparação fosse feita diretamente com os países que mais gastam por aluno, a discrepância entre eles e o Brasil será ainda maior.

VALORIZAÇÃO DE PROFESSORES

Para comparar os resultados, no entanto, é preciso levar em conta que parte do gasto por aluno é referente a salários, que tendem a ser mais altos nos países desenvolvidos.

“O pagamento dos professores geralmente é responsável pela maior parte do gasto por estudante, então, o gasto relativamente baixo por estudante no Brasil está refletido no baixo salário dos professores”, afirma o relatório.

Os dados já estão corrigidos pela Paridade de Poder de Compra (PPP), indicador que iguala as taxas de câmbio para que um mesmo bem ou serviço fique com o mesmo preço em dólar em qualquer país.

De acordo com o documento, a média dos salários dos professores aumenta à medida que eles ganham experiência, podendo até chegar perto dos US\$ 30 mil por ano na faixa etária entre 55 e 64 anos de idade (a média da OCDE para esta faixa etária de professores chega perto dos US\$ 50 mil por ano). No entanto, no Brasil quase não há variação entre os valores de salários dos professores nas diferentes etapas de ensino.

A OCDE também apontou que o aumento de salário é considerado prioridade para 93% dos professores brasileiros.

O estudo da OCDE aponta ainda que o salário médio dos professores também é mais baixo do que o salário médio de outros trabalhadores com Ensino Superior no Brasil, ao menos 13% menor.

No nível superior, as mulheres ainda estão sub-representadas entre os professores, embora menos do que a média nos países da OCDE. As mulheres representam 46% dos professores no Brasil. A média da OCDE é de 44% e a diferença de gênero nesse nível também está diminuindo entre os jovens adultos no Brasil.

Segundo o documento, o investimento em educação no Brasil corresponde a 4,2% do PIB brasileiro. O percentual in-

vestido é 1% maior que a média dos países da OCDE. Mas, como podemos ver, o investimento por aluno é muito inferior ao dos outros países.

Isso demonstra a falácia que são os discursos de Bolsonaro e do seu ministro da educação Abraham Weintraub de que o Brasil “gasta muito com educação”.

Em março, Bolsonaro publicou em sua conta no Twitter: “Brasil gasta mais em educação em relação ao PIB que a média de países desenvolvidos”, o que é verdade mas desconsidera a realidade.

Em maio, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, sugeriu que o Brasil gasta muito em educação, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), atribuindo isso “a um aumento nas universidades federais”: “A educação básica ficou de lado, o ensino profissional ficou largado e os demais gastos, que são repasses, também aumentaram pouco”.

De fato, o Brasil gasta em educação um percentual ligeiramente maior do PIB — cerca de 6% — do que a média dos países ricos. No entanto, isso acontece porque o PIB per capita brasileiro é baixo. Ou seja, precisamos fazer um esforço maior de investimento para, mesmo assim, ficar aquém do que outros países realizam.

Isso quer dizer que para alcançar o resultado obtido em países desenvolvidos que tem PIB maior que o nosso e população menor, nós precisamos investir uma percentagem maior do nosso PIB em educação para assim elevar o valor gasto por aluno, que é o valor que representa na prática a qualidade de ensino.

GRADUAÇÃO
O relatório da OCDE afirma ainda que somente 33% dos estudantes que ingressam no programa de bacharelado no Brasil se formam dentro da duração teórica do programa, abaixo da média de 39% para os países com dados disponíveis.

Aproximadamente 18% dos adultos (25-64 anos) no Brasil chegam ao ensino superior. O percentual é semelhante ao do México, mas bem abaixo de outros países da América Latina, como Argentina (36%), Chile (25%), Colômbia (23%) e Costa Rica (23%).

Nos países da OCDE, a taxa média de realização do ensino superior é de 39%, mais do que o dobro do Brasil. Na última década, no entanto, houve um aumento considerável no ensino superior na geração mais jovem (25-34 anos), de 11% em 2008 para 21% em 2018.

MESTRADO E DOUTORADO
Segundo a OCDE, apenas 0,8% das pessoas de 25 a 64 anos no Brasil concluíram o mestrado. A média dos países membros da OCDE é 16 vezes maior: 13% das pessoas nessa faixa etária têm mestrado. A Rússia é o país com maior destaque em relação ao percentual de mestres, chegando a 29,3% das pessoas de 25 a 64 anos.

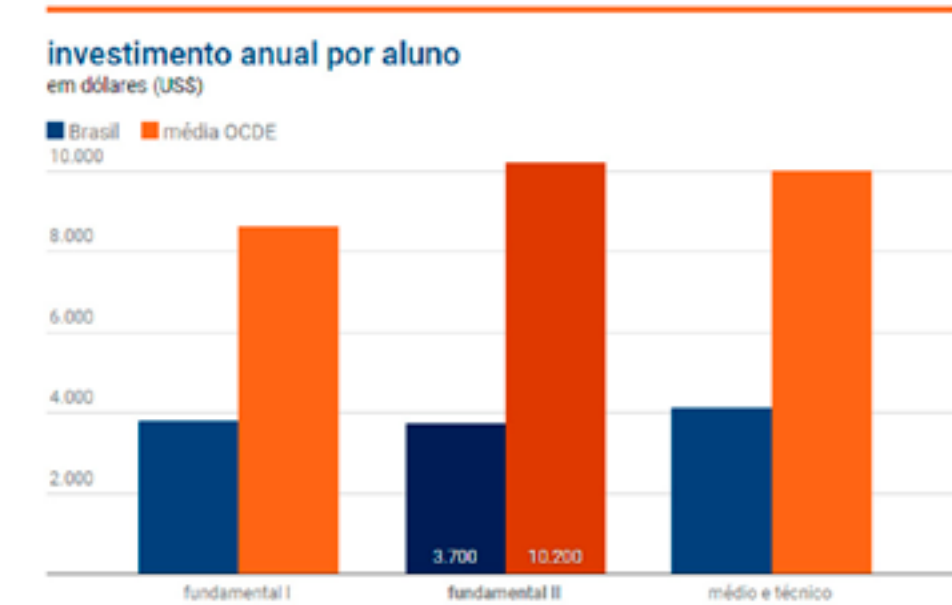
A taxa no doutorado mostra que a diferença é de 5,5 vezes. Apenas 0,2% dos adultos alcançaram o doutorado. A média da OCDE é 1,1%.

No quesito, o Brasil consegue superar apenas o México e a Costa Rica, que têm uma taxa de cerca de 0,1%, e a Indonésia que nem sequer chega a pontuar. O país com maior taxa é a Eslovênia, que alcança o patamar de 3,8% dessa população com doutorado.

CORTES

Os problemas do Brasil em relação ao desenvolvimento da pós-graduação, mestrado e doutorado tende a se aprofundar ainda mais, pois, o governo federal reduziu sistematicamente o financiamento de pesquisas. O valor previsto para o orçamento do próximo ano prevê que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC), terá recursos para financiar apenas metade das bolsas de pós-graduação em 2020.

Além da Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vai perder 87% da verba de fomento à pesquisa em 2020, segundo a proposta orçamentária do governo. O montante é utilizado para gastos com insumos e equipamentos.



Comparação entre o investido pelo Brasil em Educação e a média da OCDE

Orçamento do governo Bolsonaro prevê cortes para educação básica em 2020

O orçamento do Ministério da Educação (MEC) para o ano que vem prevê a redução de 54% nos recursos destinados à infraestrutura da educação básica. Em 2018, o valor foi de R\$ 500 milhões. Para o orçamento de 2019, serão R\$ 230,1 milhões. A análise foi realizada pelo Movimento Todos Pela Educação.

Já a dotação prevista para a concessão de bolsas de apoio à educação básica em 2020 é de R\$ 451,7 milhões, um corte de 43% na comparação R\$ 793,5 milhões previstos na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional para ser executada este ano.

As estimativas de receita para essas duas áreas são as mais baixas das quatro últimas propostas orçamentárias do MEC. Os cortes provam a mentira que é o discurso do atual governo de priorizar a educação básica.

Ao todo, o orçamento do MEC para 2020 terá um corte de 17%. Serão R\$ 101,2 bilhões contra os R\$ 121,9 bilhões previstos na proposta para este ano, segundo a análise da Todos

Pela Educação.

A verba destinada para obras compõe a maior parte dos recursos destinados ao apoio à infraestrutura para a educação básica, segundo a análise feita pelo Todos Pela Educação.

No orçamento para 2020, há a previsão de R\$ 194,2 milhões para essa área, 30% a menos do que os R\$ 277,5 milhões contabilizados na proposta anterior.

Faz parte dessa verba, por exemplo, os projetos do Proinfância, programa que prevê repasses para municípios construírem ou ampliarem creches e pré-escolas em todo o país.

Um dos objetivos da Meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE) é, até 2024, que 50% das crianças de até 3 anos e 11 meses estejam matriculadas na creche. Segundo o Movimento Todos Pela Educação, em 2018, 35,6% das crianças brasileiras dessa faixa etária frequentavam a creche.

A proposta de Orçamento do MEC para 2020 prevê também uma queda de 30% na receita destinada à implantação e adequação de estruturas esportivas escolares. Nesse caso, serão R\$ 8,4 milhões ante R\$

12 milhões previstos para este ano.

O MEC enrolou, e afirmou que outras verbas vinculadas à pasta devem ser consideradas no cálculo orçamentário, então que o corte de 17% não é bem assim. O Ministério diz que o orçamento previsto para 2019 foi de R\$ 148,8 bilhões. Já para 2020, a previsão é de R\$ 149,4 bilhões.

O MEC afirmou que “o orçamento do Ministério da Educação - MEC abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos instituídos, cuja execução é de sua responsabilidade. Nesse sentido, o valor destinado ao Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, órgão 74902 e ao órgão 73107, Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação, que são recursos sob supervisão do Ministério da Educação, deve ser incluído no computo do orçamento total destinado ao MEC”.

Mas nunca até aqui a conta englobou a administração indireta. Essa é a forma de enrolar e negar que na verdade houve corte

Incêndio atinge área de proteção ambiental em Alter do Chão, PA

Um incêndio de grandes proporções voltou a atingir a Área de Proteção Ambiental (Apa) de Alter do Chão, no município de Santarém, no Pará. O fogo começou no sábado (14) e até a tarde desta segunda-feira (16) ainda não havia sido controlado.

A polícia investiga a origem criminosa do fogo, que, segundo testemunhas, teria sido ateado por uma pessoa da comunidade Ponta de Pedras, dentro da Apa de Alter de Chão.

O Governo do Pará solicitou ao Comando Militar do Norte deslocamento de aeronaves e reforço da Força Nacional para ajudar no combate à queimada.

Alter Chão é uma vila balneária distante 37 quilômetros por via terrestre de Santarém, oeste do Pará, e a 1.373 quilômetros da capital do estado, Belém. O balneário é o principal ponto turístico da região, conhecido como Caribe da Amazônia. O fogo atingiu uma área de mata perto da margem do rio Tapajós.

De acordo com dados do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), entre 1º de julho a 15 de setembro deste ano, o município de Santarém, onde Alter está localizado, teve um aumento de 160% no total de focos de queimadas na comparação com o mesmo período de 2018.

QUEIMADAS

Na quinta-feira (12), o governo estadual do Mato Grosso do Sul decretou situação de emergência, pois a região sofreu com cerca de um milhão de hectares destruídos pelas queimadas em pouco mais de um mês. A publicação entrou no Di-



Em Santarém, focos de queimadas aumentaram 160% entre julho e setembro de 2019

ário Oficial.

A maior parte da área atingida do local abrange municípios do Pantanal, região que já enfrenta 45 dias de estiagem.

De todo o país, o município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, é o que concentra o maior número de focos de incêndio neste mês, num total 634 de acordo com o Inpe. Somente na quarta-feira (11) foram registrados 254 pontos de calor, o maior índice nacional.

Durante todo o mês, foram 1.579 focos de incêndios no estado, sendo o maior índice já registrado desde 2008. Neste ano, os focos de incêndio começaram a se intensificar em agosto, e a situação ficou mais grave por conta do longo período de estiagem, com baixa umidade e altas temperaturas, que ultrapassaram os 40 °C em alguns municípios.

CHAPADA DOS GUIMARÃES

Os atrativos do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, a 65 km de Cuiabá, foram fechados por causa das queimadas que atingem a região. Segundo o Instituto Chico Mendes (ICMBio), a medida foi tomada pensando na segurança dos visitantes.

Não há previsão para a reabertura do parque, que há mais de duas semanas tem sido destruído pelos incêndios. A estimativa, porém, é de que o fogo já tenha consumido 5 mil hectares de vegetação. A prefeitura do município de Chapada dos Guimarães alegou estado de emergência.

Os dados apontam que cerca de 13% do parque já foram consumidos pelas chamas. O combate ao fogo fica mais difícil por fatores como o forte calor, baixa umidade do ar e os ventos fortes.



Agentes da USAID chegam ao Brasil

Bolsonaro afronta PF e FFAA e pede para que agentes dos EUA investiguem incêndios

Jair Bolsonaro não quis saber do trabalho que está sendo feito pela Polícia Federal e pelas Forças Armadas e decidiu pedir a ajuda de “peritos” dos Estados Unidos para “investigar” as causas dos incêndios que estão ocorrendo na Amazônia e no Centro Oeste do país.

Seu objetivo com a vinda dos agentes americanos deve ser colocá-los, não para ajudar a localizar madeireiros e garimpeiros criminosos, estimulados por ele a desmatarem as florestas, mas para “investigar” as ONGs defensoras do meio ambiente, que, segundo ele, seriam responsáveis pelos incêndios.

A pedido do Planalto, funcionários da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID – (velha e conhecida agência de intromissão americana na América Latina) desembarcaram na quinta-feira (12), não para trazer ajuda para apagar os incêndios – que seria muito bem vinda -, mas para fazer “investigações sobre quem estaria colocando o fogo.

Os agentes foram alocados no Parque Nacional de Chapada dos Guimarães e no Parque Indígena do Xingu. Ao todo, são seis os “investigadores” dos EUA.

Os órgãos brasileiros responsáveis pelo trabalho de controle e fiscalização das áreas de preservação ambiental e os órgãos de repressão aos criminosos que agem nessas áreas são a Polícia Federal, o Ibama, as guardas florestais dos estados e as Forças Armadas. Eles foram afrontados e desrespeitados pelo governo.

As investigações já vinham sendo conduzidas por esses órgãos. Não era necessário trazer a USAID ou qualquer outro órgão de investigação estrangeiro, a não ser para demonstrar o servilismo do governo Bolsonaro ao governo de Donald Trump.

Os incêndios, como todos sabem, foram provocados pelo estímulo do próprio governo às queimadas e o desmatamento de florestas em todo o país.

Quem não viu o presidente dizendo, em várias ocasiões, e em suas lives, que há fiscalização ambiental demais no Brasil? Quem não se lembra que ele demitiu o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) porque este detectou e revelou o aumento das queimadas?

Fingindo desconhecer que quem estava incendiando e desmatando florestas eram exatamente os seus seguidores, muitos deles grileiros e madeireiros ilegais, Bolsonaro fez as insinuações irresponsáveis de que ONGs ambientais seriam as causadoras dos incêndios na Amazônia e no Centro Oeste.

Com mais essa decisão e trazer “peritos” americanos, Bolsonaro mostra que segue desrespeitando o trabalho dos brasileiros.

Ele já tinha demonstrado seu desprezo ao trabalho heroico dos bombeiros de Minas Gerais na tragédia provocada pela Vale em Brumadinho, em fevereiro, logo que assumiu o governo.

Na época, ele fez um grande estardalhaço com a vinda de um grupo de “peritos” israelenses que iriam trazer equipamentos “moderníssimos” e “localizar com mais presteza” possíveis sobreviventes.

Não foi nada disso o que aconteceu. Os bombeiros enviados pelo governo de Israel aqui chegaram e não tiveram nenhum sucesso com o uso dos “moderníssimos equipamentos” a que se referia Jair Messias Bolsonaro.

Aliás, uma das características do atual governo, além de desprezar os servidores brasileiros, é achar que tudo o que é feito em Israel ou nos EUA é o máximo.

No final, os bombeiros israelenses acabaram aprendendo muito com os bombeiros de Minas. Tiraram algumas fotos nos poucos dias que permaneceram nas montanhas altas e foram embora.

Enquanto ocorria esse teatro, os bombeiros brasileiros seguiram firmes em seu trabalho de resgate.

“Fim da unicidade sindical visa fragmentar a organização sindical”

*NIVALDO SANTANA

“Rogério Marinho, secretário especial da Previdência e Trabalho, constituiu um chamado Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet) com o objetivo, segundo ele, de “cuidar da modernização das relações trabalhistas”. O Gaet, todavia, tem dois objetivos: introduzir no país a “carteira de trabalho verde e amarela” e acabar com a unicidade sindical. O primeiro institucionaliza o trabalho sem direitos; o segundo fragmenta a organização sindical no país.

Essa política de precarização do trabalho no Brasil avançou com o governo de Michel Temer, que conseguiu aprovar, apesar da resistência dos trabalhadores, a terceirização nas atividades-fim e a reforma trabalhista, ambas em 2017. A reforma trabalhista introduziu o conceito de prevalência do negociado sobre o legislado e criou novas modalidades de relações do trabalho, tais como trabalho intermitente e provisório, banco de horas, demissão de comum acordo com redução das indenizações, refeições de 30 minutos etc. Para viabilizar essa agenda regressiva, a reforma em tela fragiliza os sindicatos, com o fim da contribuição sindical obrigatória, acaba com a exigência de homologar as demissões nos sindicatos e dificulta o acesso à Justiça do Trabalho, com a exigência de pagamento de custas e honorários pela parte derrotada.

Todo este saco de maldades contra os trabalhadores foi radicalizado pelo governo Bolsonaro. Logo no primeiro dia do seu governo, extinguiu o Ministério do Trabalho, que existia desde 1930. Em seguida, apresentou a reforma da Previdência. A bola da vez, agora, é pulverizar a organização sindical.

Estes retrocessos anulam ou diminuem as notáveis conquistas da Constituição de 1988, em especial no capítulo dos direitos sociais, como o artigo 7.º, dos direitos dos trabalhadores; o artigo 8.º, da liberdade e autonomia sindical; e o artigo 9.º, do direito de greve.

A artilharia pesada do governo, neste momento, mira o artigo 8.º da Constituição, que, entre outros pontos, contempla o princípio da unicidade sindical, garante ao sindicato a defesa dos direitos dos trabalhadores, a participação obrigatória nas negociações coletivas do trabalho, a contribuição sindical e veda a dispensa do dirigente sindical.

Setores da magistratura e do próprio movimento sindical, no entanto, advogam a tese de conteúdo liberal segundo a qual o Estado não pode se imiscuir nas relações entre o capital e o trabalho, cabendo exclusivamente às partes pactuar acordos e criar instâncias extrajudiciais para solução de conflitos.

A longa história de lutas do sindicalismo aponta em sentido contrário. Para assegurar vitórias duradouras para os trabalhadores, é fundamental consagrar em lei um piso mínimo de direitos sociais, regras que assegurem a liberdade, autonomia e unidade sindical e também a existência de uma Justiça especializada com poder normativo para arbitrar conflitos trabalhistas.

O fim da unicidade sindical é o corolário de um conjunto de medidas que buscam a valorização máxima do capital e a drástica redução do custo da força de trabalho. Tudo isso em um país que convive com trabalho precário, subemprego, absurdas taxas de desemprego e salários cada vez mais aviltados.

*Nivaldo Santana é secretário de Relações Internacionais da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Fonte: Portal Vermelho, publicado originalmente com o título “Fim da unicidade sindical é para valorização máxima do capital”

Correios fazem greve nacional contra arrocho e privatização



Assembleia realizada em São Paulo, na noite de terça-feira. Foto: Sintect-SP



A proposta prevê zero de reajuste, nem mesmo a reposição da inflação

Diretoria da Embraer propõe congelar os salários e retirar direitos de funcionários

A diretoria da Embraer propôs congelar os salários dos trabalhadores, que estão em campanha salarial da empresa. A proposta foi apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que representou a Embraer e outras cinco empresas do setor aeronáutico (Latecoere, em Jacareí, e Sonaca, Pesola, Alestis e Aernnova, em São José dos Campos), na quarta-feira (11).

Ao todo, essas empresas possuem 14.500 trabalhadores.

A proposta, que prevê nenhum reajuste salarial, nem mesmo a reposição da inflação, prevê o pagamento de um abono de R\$ 2.500 para os trabalhadores da Embraer e R\$ 1.000 para as outras empresas do setor.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, além do congelamento salarial, o grupo patronal quer ainda acabar com o direito à estabilidade no emprego para lesionados presente na “Convenção Coletiva da categoria metalúrgica desde a década de 1970. A Fiesp também propôs a liberação da terceirização irrestrita nas fábricas” denuncia o Sindicato em nota.

“Todas as propostas foram rejeitadas na mesa de negociação pelo Sindicato, que já vem realizando assembleias nas fábricas do setor aeronáutico”, ressalta a entidade.

No ano passado, a Embraer aplicou apenas a inflação sobre os salários e não assinou a Convenção Coletiva.

Para buscar combater a tentativa de retirada de direitos, esta semana, o Sindicato organizou duas assembleias da categoria na Embraer da Av. Faria Lima, em São Paulo, na terça-feira (10) e na unidade de Eugênio de Melo, na quarta-feira (11), conclamando os trabalhadores a se organizarem em defesa do aumento salarial e de direitos.

“Esta proposta é uma afronta à nossa categoria. A Embraer já está seguindo a cartilha da Boeing, que pratica a precarização do trabalho em todas as suas plantas. O Sindicato não vai aceitar a retirada de direitos. Vamos organizar os trabalhadores e pressionar os empresários”, afirma o diretor do Sindicato André Luis Gonçalves (Alemão).

Trabalhadores recusam índice de reajuste abaixo da inflação e redução dos direitos

Os trabalhadores dos Correios entraram em greve em defesa de reajuste salarial e benefícios, ameaçados pela direção da empresa, que se recusa a negociar.

Na noite de terça-feira, 10, assembleias em São Paulo, Rio de Janeiro, Bauru, Tocantins, Maranhão, e outros estados aprovaram a paralisação, e também repudiaram o plano do governo de privatização da empresa. Em São Paulo, cerca de 5 mil trabalhadores participaram da assembleia no clube da CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos).

“Foram 36 sindicatos que em conjunto e com decisão unânime decidiram pela paralisação”, afirma Douglas Cristóvão de Melo, diretor de comunicação do Sintect (Trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios Telégrafos e Similares de São Paulo, Grande São Paulo e zona postal de Sorocaba) e da Findect (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios).

“A direção da ECT e o governo querem reduzir radicalmente salários e benefícios para diminuir custos e privatizar os Correios. Entregar o setor postal a empresários loucos por lucro. Jogar no lixo o atendimento a todos os cidadãos, a segurança nacional envolvida nas operações, a integração nacional promovida pelos Correios”, afirma o Sindicato.

“Infelizmente não restou alternativa. Para manter nosso Acordo Coletivo, repor as perdas aos salários e manter os empregos vamos ter que lutar. É tem que ser todo mundo junto e unido em cada setor e nacionalmente”.

As negociações para um novo acordo coletivo ocorrem desde julho e, no

dia 4 de setembro, a direção da empresa rejeitou a mediação da negociação pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) com funcionários, recusando-se a manter por 30 dias o acordo coletivo vigente. A categoria defende reajuste salarial pela inflação, de 3,43%, e a manutenção de benefícios, como ter os pais como dependentes no plano de saúde, continuidade de percentual de férias em 70% e vales alimentação e refeição.

No entanto, a proposta da empresa previa reajuste salarial abaixo da inflação, de 0,8%, e a exclusão dos pais de planos de saúde também é um ponto sensível na negociação.

“A intenção do governo e da direção da ECT é acabar com os benefícios da categoria”, afirma a nota do Sindicato, ressaltando que agora “vamos juntos mostrar à direção da ECT e ao Governo Federal que não aceitamos destruição do nosso Correios, dos nossos direitos, dos nossos empregos e salários, do sustento das nossas famílias”.

JUSTIÇA

Diante da paralisação da categoria, a direção da empresa entrou com pedido de dissídio coletivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Se o impasse for resolvido com aceite dos termos propostos, será homologado. Se não, a greve continua por tempo indeterminado, conforme avisa a Federação dos Trabalhadores.

O TST propôs a manutenção do acordo coletivo e o fim da greve, até a data do julgamento, marcado para 02 de outubro. Até o fechamento desta edição, as duas partes não haviam se definido sobre a provação da proposta.



Banco foi condenado por assédio moral coletivo

Banco Santander é condenado a pagar multa de R\$ 274 milhões

O Santander foi condenado pela Justiça do Trabalho por assediar moralmente seus funcionários “ao submetê-los a metas abusivas, elevando o índice de adoecimento mental ocupacional”, conforme a sentença do juiz Gustavo Carvalho Chehab, da 3ª Vara do Trabalho de Brasília.

O banco foi condenado a pagar indenização de R\$ 274 milhões a título de dano moral coletivo.

A empresa está entre as sete do país que mais apresenta adoecimento mental ocupacional entre seus empregados. Em 2014, a média de afastamentos por acidente e doença mental no banco foi de dois empregados por dia.

Além da indenização, a sentença proíbe o banco de submeter trabalhadores a metas abusivas e exige que a definição das metas seja feita por negociação coletiva entre

a empresa e o sindicato. A decisão da Justiça do Trabalho foi tomada a partir de pedidos feitos pelo Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal, representado pelo procurador Paulo Neto, que processou o Santander após constatar o alto índice de estresse a que os bancários eram submetidos.

“A conduta do banco é absolutamente grave e ilícita, qual seja, estipula metas praticamente inatingíveis e cobra as metas de forma excessiva, gerando uma verdadeira legião de bancários acometidos de transtornos mentais, em grave violação aos preceitos constitucionais que asseguram o trabalho decente, a saúde, a vida digna e a redução dos riscos inerentes ao trabalho”, afirma o procurador Paulo Neto em sua representação à Justiça do Trabalho.



Salário cai de R\$ 1.039 para R\$ 1.034,92

Governo diminui novamente reajuste do mínimo de 2020

O salário mínimo pode ter aumento menor em 2020. A estimativa do governo de que o mínimo seria no valor de R\$ 1.039 caiu para R\$ 1.034,92, uma diminuição de R\$ 5,08. A revisão do valor do salário mínimo se deve à avaliação do Ministério da Economia de que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) deste ano, que serve de base para o cálculo do reajuste do salário mínimo, caiu de 4% para 3,7.

Portanto, se prevalecer a base de cálculo apenas pela variação da inflação acumulada deste ano, com base no INPC, implicará em um valor menor do salário mínimo.

A correção do salário

mínimo é feita em janeiro de cada ano, com pagamento em fevereiro. Atualmente o salário mínimo é de R\$ 998 e o aumento – seja o previsto anteriormente (R\$ 1.039) ou a atual previsão (R\$ 1.034,92) –, não representa ganho real. Por ser corrigido apenas pela inflação e não acima dela, mantém o mesmo nível de antes.

Segundo o governo, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia vai continuar monitorando o comportamento do INPC até o fim deste ano, e informa que conforme esse comportamento, o valor da correção do mínimo pode mudar novamente até dezembro.

Juan Guaidó é flagrado com paramilitares da Colômbia

Foram tornadas públicas na sexta-feira fotos do autoproclamado presidente da Venezuela, Juan Guaidó, ao lado dos chefes narcoparamilitares colombianos dos “Los Rastrojos”, John Jairo Durán Contreras, conhecido como Menor; e Albeiro Lobo Quintero, o Brother.

Ativistas de direitos humanos denunciaram que foi exatamente esta quadrilha quem possibilitou que Guaidó burlasse a decisão da Justiça venezuelana e atravessasse ilegalmente a fronteira para participar do fracassado show “Venezuela Aid Live”, realizado com apoio logístico dos Estados Unidos e do presidente colombiano Iván Duque para arrecadar “ajuda humanitária” ao país vizinho.

“A entrada do senhor Juan Guaidó na Colômbia em 23 de fevereiro foi coordenada com os Rastrojos. Aqui estão o conhecido como Brother; armado, e o segundo no comando deste grupo paramilitar; conhecido como Menor”, afirmou Walfredo Cañizares, diretor da Fundação Progreso no departamento colombiano do Norte de Santander; ao publicar as fotos no Twitter: Ativista de direitos humanos, Cañizares recorreu ter alertado, desde o primeiro dia, sobre a promiscuidade da relação que possibilitou a saída de Guaidó da Venezuela.

Com base nesta denúncia, o senador Gustavo Petro condenou o vínculo da quadrilha narcoparamilitar com o pretensão líder venezuelano, recordando que este vestia exatamente a mesma roupa com que aparecia nos vídeos que mostravam sua chegada à Colômbia.

“Para quem duvida: Duque e Guaidó se aliaram com o narcotráfico para seu ato na fronteira. Senhor Guaidó, o senhor têm consciência de quem eram os seus aliados na fronteira colombiano-venezuelana? Senhor Duque, o senhor associará sua política externa com o narcotráfico?”, questionou Petro. Conforme o senador; a parceria fica evidente, uma vez que “Duque visitou instalações com coquetéis molotov e explosivos manipulados por grupos pagos pelos traficantes”.

Importante aliado do presidente Hugo Chávez, Petro tem feito contundentes e reiteradas críticas ao governo de Nicolás Maduro, denunciando seu regime como “ditadura insustentável”.

O flagrante foi rebatido pelo porta-voz de Guaidó, Alberto Ravell, que tentou minimizar o estrago da revelação, alegando que “todas as pessoas públicas recebem pedidos de fotos”.

“Essa gente pediu uma selfie, ele não sabia quem eram. O presidente Guaidó não pede a carteira de identidade das pessoas para tirar uma foto com elas. Você acha que se o presidente Guaidó soubesse que são uns paracos [paramilitares] faria uma foto com eles para que as publicassem depois?”, questionou.

O procurador-geral venezuelano Tarek William Saab anunciou a abertura de uma investigação contra Guaidó pela “conexão” com a quadrilha e acusou o presidente colombiano de estar envolvido no caso. “O governo de Iván Duque sabia que esses paramilitares do grupo Los Rastrojos seriam guarda-costas desse cidadão Guaidó? Podemos assumir que sim”, respondeu.

Às vésperas da eleição, Bibi Netanyahu ameaça com destruição de Gaza

Cinco dias antes das eleições do dia 17, Netanyahu, em uma de suas baixeiras eleitorais, declarou que “Israel provavelmente não terá outra escolha a não ser entrar em guerra total contra Gaza”.

Se isso não for uma bufoneada com vistas a agregar votos de direitistas fanatizados pela ideologia antárabe de exclusão e massacre, é uma ameaça de genocídio, haja visto o morticínio desenfreado da invasão de 2014, que deixou 2.220 palestinos mortos, mais de 11.000 feridos e 500.000 deslocados, dos quais 100.000 com suas casas perdidas ou seriamente danificadas, segundo informe do Escritório da ONU para a Coordenação de Questões Humanitárias (OCHA, sigla em inglês).

Na ansia por reeleição, Netanyahu baseia sua campanha em guerra, racismo e roubo

GUERRA

O primeiro-ministro conhecido entre os israelenses pela alcunha de Bibi, saiu enfraquecido das eleições de abril deste ano, quando apesar de seu partido ser o mais votado, não conseguiu perfazer o número mínimo de apoios (em Israel são necessários 61 parlamentares, coligados ou não, para formar governo, com a maioria dos 120 membros de seu parlamento, o Knesset).

Bibi está respondendo por prevaricação e peculato em quatro processos que podem levá-lo da casa ministerial oficial, na rua Balfour, Jerusalém, para atrás das grades e vê a recondução ao cargo como tábuas de salvação para tentar escapar.

Desde quando a anunciada nova eleição para 17 de setembro, Israel,

sob seu comando, Israel intensificou as provocações na região. Em um ritmo semanal, bombardeia alvos militares na Síria (país que enfrenta o vencedor uma orquestração terrorista financiada pelos órgãos de espionagem norte-americanos, notadamente a CIA, com o intuito de derrubar o governo eleito de Bashar Assad) e ainda insiste em formar uma coalizão encabeçada pelos Estados Unidos para atacar o Irã; invade constantemente o espaço aéreo do Líbano, com recente ataque ao escritório do departamento de Comunicação do partido governamental Hezbollah, através de um drone que explodiu diante de seu prédio e agora surge com a ameaça de guerra total a Gaza “a falta de escolha”.

RACISMO

Em 19 de julho de 2018, foi aprovada pela estreita margem de 62 votos a favor (um a mais do que a maioria absoluta), no Knesset a denominada Lei Básica (um substitutivo rebaixado de uma Constituição que Israel, sem fronteiras definidas, nem igualdade entre seus cidadãos, não possui nem nunca tentou formular).

Com o nome oficial de Lei Básica de Israel – Estado-Nação do Povo Judeu, a nova lei estabelece que só são cidadãos plenos desse Estado, os judeus, tanto os que moram em Israel, como qualquer judeu, em qualquer lugar do mundo, que resolva requerer cidadania israelense. Como consequência dessa lei, os palestinos, que são os nativos da nação, com cidades continuamente vivas por 3.500 anos, são aliçados dos direitos de cidadania plena.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.btr

Servidores da Argentina fazem greve contra arrocho de Macri



Servidores em greve exigem a reincorporação de milhares de trabalhadores

ONU e México rejeitam o aval do Supremo dos EUA à restrição de asilo

“A posição do governo mexicano é que não vamos aceitar isso”, afirmou o ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, diante da decisão da Suprema Corte dos EUA permitindo que Trump barre a entrada de qualquer migrante que solicitar asilo mas não o tiver feito a um terceiro país pelo caminho. Porta-voz da Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR, Andrej Mahecic, lamentou a posição da Suprema Corte por dificultar o acesso ao direito de asilo às pessoas mais necessitadas.

Decisão que, na prática, empurra para o México a crise. Ebrard acrescentou que o Senado mexicano já foi consultado, “e eles também não aceitarão”.

De acordo com o comissário interino do Escritório de Alfândega e Proteção de Fronteiras dos Estados Unidos (CBP), Mark Morgan, “45.000 pessoas foram devolvidas ao México” para aguardar a resolução de seus pedidos de asilo.

O capitão do mato de Bush na fronteira disse em entrevista à Fox News que “os migrantes com reivindicações válidas devem procurar ajuda e asilo no primeiro país com o qual têm contato”.

ACNUR

A decisão também foi repudiada pela Agência da Organização das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que advertiu que a medida de restrição dos pedidos de asilo na fronteira mexicana pode afetar “os mais vulneráveis, os que fogem da violência e da perseguição”, acrescentando que eles “têm direito a proteção”.

“Lamentamos o impacto que a implementação terá sobre os solicitantes de asilo. Reiteramos que qualquer pessoa que foge da violência ou perseguição deve poder acessar procedimentos completos e eficazes de asilo e proteção internacional”, disse o porta-voz da Acnur, Andrej Mahecic.

O porta-voz reiterou a preocupação da Acnur

com o destino de milhares de famílias e crianças desacompanhadas na América Central, que estão em movimento e precisam de abrigo. Mahecic disse que é imperativo que essas pessoas sejam prontamente identificadas e recebam a assistência que merecem.

A decisão da Suprema Corte é provisória, enquanto o mérito da questão não for julgado, e derruba duas sentenças de cortes federais inferiores, uma favorável aos imigrantes, de julho, bloqueando a lei de Trump, e outra, que limitava o alcance da anterior a apenas dois estados, Califórnia e Arizona.

“CRUEL E ILEGAL”

Entidades de defesa dos direitos humanos e dos imigrantes – como a Associação Americana pelas Liberdades Cívicas (ACLU) e a Anistia Internacional – denunciaram a decisão da Suprema Corte como cruel, ilegal e potencialmente mortal.

A Anistia Internacional condenou a suspensão pela Suprema Corte da liminar da proibição do asilo 2.0, “uma política insensata, mal concebida e claramente ilegal que essencialmente colocará asilo fora do alcance de todos, exceto cidadãos mexicanos”.

“Vidas serão perdidas enquanto os casos correm nos tribunais nos EUA”, advertiu a diretora de advocacia da entidade, Charanya Krishnaswami.

Lee Gelernt, advogado da ACLU, que está contestando a proibição de asilo do governo Trump, disse que a decisão da Suprema Corte “é apenas um passo temporário” e manifestou esperança de que “prevaleceremos no final do dia”. “As vidas de milhares de famílias estão em risco”, acrescentou Gelernt.

“LUZ VERDE”

Para o grupo binacional de assistência jurídica aos migrantes e refugiados, Al Otro Lado, com sua decisão a Suprema Corte “está dando luz verde a esse governo para continuar seu tratamento desumano às pessoas vulneráveis”. O que considerou “uma sentença de morte

para a maioria dos nossos clientes. Nossos corações estão partidos, estamos exaustos”.

Condenação que também veio dos juízes considerados constitucionalistas da Suprema Corte, juízes Sonia Sotomayor e Ruth Bader Ginsburg, embora não haja até aqui registro do debate na corte.

“Mais uma vez, o poder executivo emitiu uma regra que busca reverter práticas de longa data em relação aos refugiados que buscam abrigo contra perseguição”, escreveu Sotomayor em sua dissidência.

“Embora esta nação tenha mantido suas portas abertas para os refugiados – e embora as apostas para os solicitantes de asilo não possam ser maiores – o governo implementou sua regra sem primeiro fornecer o aviso público e convidar a contribuição pública geralmente exigida por lei”.

Na avaliação do New York Times, a decisão da Suprema Corte é uma “grande vitória” para o governo Trump, permitindo que este possa “impedir efetivamente a maioria das migrações através da fronteira sudoeste do país por hondurenhos, salvadorenhos, guatemaltecos e outros.”

Como denunciaram os manifestantes que se concentraram diante de um dos campos de concentração para imigrantes do regime Trump, “se não querem que venham, parem de criá-los” – referindo-se a que o que move todos esses refugiados é a violência e a pobreza, nas quais Washington tem responsabilidade direta. Seja pelas políticas neoliberais que mandou aplicar via FMI, seja pelo apoio às ditaduras e aos esquadrões da morte que tentaram inviabilizar nesses países qualquer possibilidade de progresso e justiça social.

Há que considerar, ainda, o aspecto eminentemente eleitoral da cruel medida, bem próprio de Trump: a meses da reeleição ou não, insuflar sua base de xenófobos com a perseguição aos seus bodes expiatórios prediletos, os imigrantes, que não tem a menor culpa pela desindustrialização de que a globalização dos tentáculos de Wall Street se fez acompanhar.

Como denunciaram os manifestantes que se concentraram diante de um dos campos de concentração para imigrantes do regime Trump, “se não querem que venham, parem de criá-los” – referindo-se a que o que move todos esses refugiados é a violência e a pobreza, nas quais Washington tem responsabilidade direta. Seja pelas políticas neoliberais que mandou aplicar via FMI, seja pelo apoio às ditaduras e aos esquadrões da morte que tentaram inviabilizar nesses países qualquer possibilidade de progresso e justiça social.

Há que considerar, ainda, o aspecto eminentemente eleitoral da cruel medida, bem próprio de Trump: a meses da reeleição ou não, insuflar sua base de xenófobos com a perseguição aos seus bodes expiatórios prediletos, os imigrantes, que não tem a menor culpa pela desindustrialização de que a globalização dos tentáculos de Wall Street se fez acompanhar.

Em “resposta a agressão e bloqueio”, iemenitas tiram de operação a maior refinaria saudita

Os crimes sauditas “vão aumentar nossa determinação e vontade de responder a sua injusta agressão e seu bloqueio”, afirmou o brigadeiro Yahia Sare'e, porta-voz das forças armadas do governo revolucionário iemenita, ao assumir a autoria da ação que incendiou as refinarias de Khorais e Boquaeq pertencentes à empresa saudita de petróleo, a Aramco, no dia 14.

O próprio monarca saudita, o tirano Abdulaziz Bin Salman, assumiu o revés afirmando que logo após as explosões a produção cai 5,7 milhões de barris diários, ou seja, metade da produção de petróleo do planeta.

Estas declarações foram dadas no sábado pela manhã, enquanto o céu em torno das refinarias – coração da economia saudita – era tomado por chamas e muita fumaça.

Segundo o brigadeiro iemenita, a ação demandou o envio de dezenas de drones que ultrapassaram as defesas antiaéreas montadas com mísseis Patriot



Iemenitas atingiram alvos a 1.100 km de distância

norte-americanos e realizaram um ataque “direto e preciso”.

Não há nenhuma bravata nas afirmações do brigadeiro iemenita pois, além de vencerem o sistema de defesa norte-americano, os alvos das duas refinarias distam 220 km, um do outro, e 1.100 km, do Iêmen de onde foram lançados. A refinaria de Boquaeq é uma das maiores do mundo e fica cerca de 150 km de distância da capital, Riad. A refinaria Khorais está sobre um campo com 20 bilhões de barris de reservas.

Não se sabe quanto petróleo que estava armazenado nas duas instalações foi perdido no incêndio. Sabe-se ainda que o país também cortou pela metade a sua produção de gás.

Yahia Sare'e prometeu ainda, se agressão continuar, “expandir as operações contra o regime saudita”.

Alguns moradores disseram que as explosões, cerca de 12 em Bouqaeq, foram ouvidas às 3:00 da madrugada do sábado.

Ver matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

Trabalhadores exigem readmissão dos demitidos, abertura de negociações salariais e que seja decretada a Emergência Alimentar

A Associação de Trabalhadores do Estado (ATE) e a Central de Trabalhadores Argentinos (CTA-autônoma) realizaram, na terça-feira, 10, uma greve nacional com mobilizações em distintos lugares do país, exigindo a reincorporação de milhares de trabalhadores demitidos, a reabertura de negociações salariais (conhecidas como paritárias) na nação e nas províncias e que os trabalhadores provinciais e municipais tenham direito ao salário mínimo. Também reivindicaram a imediata declaração da emergência alimentar, durante um grande ato na Praça de Maio de Buenos Aires.

Hugo Godoy, dirigente da ATE, afirmou que “a situação de catástrofe social que nosso país atravessa, produto das políticas do governo de Macri e do FMI, teve com um dos alvos principais os funcionários públicos, reduzindo salários e generalizando a precariedade laboral”, e ainda levou à pobreza extrema milhares de famílias pelo desemprego.

“O governo pós o Estado a serviço das transnacionais, da fuga de capitais e da especulação financeira. Hoje a ATE, a Federação Sindical de Profissionais da Saúde, FESPROSA, os trabalhadores do Judiciário, a Federação Nacional de Docentes Universitários, CONADU; e todas as organizações aqui presentes, fortalecem a unidade nas ruas, a única unidade que vale para defender os direitos de nosso povo”, ressaltou Godoy.

“Nas ruas devemos sustentar a perspectiva de um plano econômico e social que esteja nas antipodas do FMI. Fora Macri e fora o FMI!”, finalizou o dirigente da ATE.

O secretário-geral da CTA Autônoma, Ricardo Peidro, expressou: “A resistência acontece em todo o país. Aqui estão os que nos sindicatos e no território são protagonistas da luta. Não damos trégua ao governo. A CTA está orgulhosa de ganhar as ruas”.

As entidades organizadoras

apresentaram uma lista de reivindicações como o pagamento imediato de um bônus para alimentação, reforço de emergência para as obras sociais, aumento orçamentário para a saúde e para o conjunto das universidades nacionais e o sistema científico e tecnológico, que atravessam situações dramáticas.

Claudia Baigorria, secretária geral da CONADU e adjunta da CTA-A, apontou: “Este governo não dá respostas à crítica situação que temos por causa de sua política econômica de desvalorização, arrocho e inflação”.

“Saúde, educação, seguridade social, trabalho, alimentos, nenhum direito este governo garante. Com a especulação fizeram que se enriquecessem os mesmos de sempre: há pobres cada vez mais pobres e ricos cada vez mais ricos. Esse é o selo deste governo”, manifestou. “Por isso”, acrescentou, “os docentes universitários continuam defendendo a educação pública, exigindo orçamento para as universidades, para saúde e educação em todos os níveis e que nossos salários não continuem pagando as consequências deste modelo”.

“O povo não aguenta mais, por isso os trabalhadores decidimos que não vamos abandonar as ruas e nossa unidade é cada dia mais ampla e combativa”, sublinhou.

Na quarta-feira, 11, dia em que na Argentina se comemora o Dia do Professor, os docentes se manifestaram com um café da manhã comunitário e jogos didáticos na frente da Praça do Congresso. Apresentaram uma questão particular. “Com fome não se pode ensinar nem aprender”. A jornada de luta, convocada pela Confederação de Trabalhadores da Educação (CTERA), teve esse objetivo central: denunciar a situação crítica que se vive nas aulas. “A fome não espera”, repetiram os professores durante o protesto.

SUSANA LISCHINSKY

Encontro solidário à Síria reúne trabalhadores de 52 países

O 3º Encontro Sindical Internacional de Solidariedade com os Trabalhadores e o Povo da Síria, contra o Bloqueio Econômico, as Intervenções Imperialistas e o Terrorismo, que contou com a presença de 232 delegados enviados por sindicatos de trabalhadores de 52 países, teve seu encerramento em Damasco no dia 8.

Dezenas de participantes do encontro entrevistaram para exigir o fim do bloqueio imposto pelos Estados Unidos à Síria e colocar a ênfase na solidariedade aos sírios em sua luta contra as intervenções imperialistas e o terrorismo encabeçadas pelos EUA. A declaração final aprovada no encontro enfatizou estas questões.

Os delegados vindos de todas as partes do mundo encontraram-se com o presidente da Síria, Bashar Al Assad. No encontro com o presidente Assad, se manifestaram delegados da República Tcheca, Egito, Níger, Chade, Rússia, Índia e Lugansk.

George Mavrikos, secretário-geral da Federação Sindical Mundial (FSM), declarou na abertura do encontro o apoio dos trabalhadores do mundo à luta do povo sírio contra a ingerência estrangeira e o terrorismo.

O encontro realizado em Damasco foi organizado pela Federação Geral dos Sindicatos – Síria (GFTU-Síria), em cooperação com a Federação Sindical Mundial e a Confederação Internacional de Sindicatos Árabes (ICATU).

O secretário-geral da ICA-TU, Ghassan Ghosn, afirmou que mesmo com o bloqueio e as medidas unilaterais coercitivas impostas à Síria os Estados Unidos não conseguiram evitar a derrota militar de seus bandos de terroristas aos quais se aliaram na tentativa de depor o governo legítimo encabeçado por Bashar Al Assad.

O secretário-geral da Organização da Unidade Sindical Africana, Arzuki Mezhoud, conclamou que os sindicatos organizem uma campanha de solidariedade com a Síria, tal como a que foi lançada no caso

de Cuba e que levou à condenação internacional do injusto bloqueio econômico e comercial imposto ao país.

Na sua intervenção, o presidente da GFTU-Síria, Jamal al-Qadri, disse que os trabalhadores sírios se aperceberam dos objetivos da investida terrorista e imperialista contra o seu país desde os primeiros dias, e que, ao longo da guerra, foram verdadeiros combatentes, não abandonando os seus postos de trabalho nas fábricas e nas empresas, apesar dos ataques e dos perigos que corriam.

Al-Qadri revelou que mais 9.000 trabalhadores sírios perderam a vida e que 14 mil ficaram feridos, enquanto outros 3.000 foram sequestrados pelos terroristas.

GUERRA À ECONOMIA

No primeiro dos dois dias de duração do evento, em que participaram representantes de cem organizações sindicais de todo o mundo, o primeiro-ministro sírio, Imad Khamis, afirmou que «a Síria enfrentou um terrorismo e uma guerra econômica sistemática sem precedentes na história», sendo que as estimativas preliminares apontam para perdas no valor de mais de 80 bilhões de euros só em termos dos danos sofridos pelas instituições estatais.

Khamis informou que mais de 28 mil edifícios governamentais e cerca de 188 fábricas e empresas industriais estatais foram destruídos total ou parcialmente pelos terroristas e os países que os patrocinam.

Ele acrescentou que, das 39 centrais de produção de energia elétrica que a Síria tinha antes da guerra, 15 foram destruídas totalmente e dez parcialmente. A rede de distribuição elétrica, originalmente com cerca 48 mil quilômetros de extensão, teve a metade destruída.

“Desde o início da guerra, mil locais e instalações petrolíferas foram alvo de ataques do terrorismo comandado por Washington, disse o primeiro-ministro.

Matéria na íntegra em: www.horadopovo.org.br

José Bustani sobre a demissão de John Bolton: “já vai tarde”

O diplomata brasileiro aposentado José Maurício Bustani, que conheceu de perto a truculência e falta de escrúpulos do recém demitido conselheiro de Segurança Nacional do governo Trump, John Bolton, disse em entrevista a Renata Sanches, do Estado de São Paulo, que ele “já vai tarde”.

Foi Bolton, quando era um dos mentores da guerra ao Iraque no governo de W. Bush, que perseguiu Bustani, então o primeiro brasileiro a dirigir uma organização internacional, a Organização para a Proibição de Armas Químicas (Opaq), chegando ao extremo de ameaçar sua família, até forçar sua demissão arbitrária.

O brasileiro se tornou um obstáculo à invasão planejada em Washington, já que trabalhava para a adesão do Iraque à Convenção das Armas Químicas, como se dispunha então o líder Saddam Hussein – o que teria desmoralizado o pretexto para o ataque norte-americano, as inexistentes ‘armas de destruição em massa’. Bustani havia sido eleito em 1997 e reeleito em 2000; foi o primeiro afastamento na história da ONU de um diretor em meio de mandato.

Como relatou Bustani, sua experiência com Bolton “foi traumática”. “Esse homem foi me visitar lá em Haia (sede da Opaq), uma história que está sendo contada em um documentário do cineasta José Joffily. Ele chegou na minha sala, me ameaçou, me deu 24 horas para abandonar a organização e ameaçou minha família. Disse que sabia onde moravam os meus filhos, que iriam atrás deles. Foi de uma violência inédita”.

“Nunca houve uma destituição como aquela” em um organismo internacional, destacou o diplomata. “Tanto que recorri à Organização Mundial do Trabalho e ganhei a causa. Hoje, não se pode mais mexer com nenhum diretor de organismo internacional”. Ele era o primeiro brasileiro diretor de um organismo internacional. O segundo é Roberto Azevêdo, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No entender de Bustani, “talvez com o discurso de campanha de Trump fizesse sentido ter Bolton como conselheiro de Segurança Nacional, porque era um discurso machista e belicoso”. “Como aqui temos a “bancada da bala”, lá Bolton era parte da “bancada da bomba” – compara.

“É um homem que só resolve os problemas com agressão, guerra e ataque. Várias vezes, ele instigou a questão do Iraque. Ele queria muito que Trump fizesse a mesma coisa com o Irã. Ele já foi tarde. Gostaria que ele tivesse sido demitido antes”, ressaltou.

Para Bustani, a explicação pela demissão de Bolton passa pelo fato de que “Trump está em campanha para a reeleição”, em que “o esfacelamento do Partido Democrata nos EUA” é um dos fatores centrais. “Trump não está interessado em provocar nenhum tipo de conflito armado agora, coisa que o Bolton gostaria muito de fazer. Bolton boicotou toda a negociação no Afeganistão, por exemplo”, apontou.

“Não é essa a agenda do Trump, que está preocupado em enfraquecer o Partido Democrata com suas fragilidades internas”, acrescentou o diplomata, revelando já esperar pela demissão.

“Bolton é sempre demitido, afastado do poder. É uma constante”. Bustani se referiu, então, ao conhecido episódio em que o presidente Jair Bolsonaro bateu continência para Bolton. “Ele já era fraco naquele momento. Não sou embaixador em Washington, mas conheço e já sentia que Bolton era uma figura vulnerável. Mas ele foi tratado com tapete vermelho, infelizmente”, numa exposição “inútil”. “Bolton era uma pessoa descartável e seria dispensada eventualmente. Foi uma falta de avaliação do Itamaraty de se perceber isso”.

Segundo Bustani, para o Brasil a queda de Bolton “não muda muito”, por causa de “ligação umbilical que esse governo tem com Washington”, o que considera “um erro”. Sem excluir uma “relação maravilhosa” com os EUA, o experiente diplomata sinalizou que “é preciso ter espírito crítico”. “Tem Europa, China, vários parceiros políticos e comerciais importantíssimos. Não se pode selecionar apenas um país”, reiterou.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

Paraguai: um dos crânios na mansão de Stroessner mostra perfuração de bala

Especialistas e técnicos forenses do Paraguai afirmaram na quarta-feira (11) que os restos mortais encontrados na mansão do ex-ditador Alfredo Stroessner, em Cidade do Leste, são de três homens maiores de idade e que um dos crânios foi alvejado à bala.

Segundo o diretor de Memória Histórica e Reparação do Ministério da Justiça do Paraguai, Rogelio Goiburú, o local é conhecido como a “Casa do Terror” pelo histórico construído por Stroessner ao longo dos 35 anos em que dirigiu com mão de ferro o país (1954 a 1989). “A mansão possivelmente foi não só um lugar onde se faziam torturas, mas também era um cemitério”, ressaltou o pesquisador, o que torna necessário continuar a procura por mais vestígios humanos.

Goiburú informou que o material achado na casa do ditador será encaminhado à Argentina, que tem melhor experiência em extração de perfil genético de ossos, para posteriormente, “ser comparado com o sangue de familiares de desaparecidos nas ditaduras do Paraguai

e da Argentina em uma base de dados”.

“Já tínhamos notícias de que algo ocorria aqui, as pessoas haviam comentado que neste lugar se torturava e se ouviam gritos à noite na época da ditadura. Por isso queremos investigar em profundidade para ver se nesta casa se matava pessoas e se estupravam meninas, porque Stroessner era um pedófilo”, acrescentou Goiburú.

Como jornalista, o presidente do Centro de Direitos Humanos e Memória Popular de Foz do Iguaçu, Aluizio Palmar já publicou denúncias sobre jovens brasileiras que desapareceram induzidas e seduzidas para as festas promovidas pelo ditador. “Na mansão tem uma suíte e mais três quartos, além da cozinha, três banheiros e sala de estar. No terreno há ainda três guaritas, um grande alojamento com cozinha e dois banheiros. Um túnel liga a mansão ao alojamento. Essa casa era usada pelo ditador quando ele vinha para a fronteira”, informou. L.W.S.

Texto completo em www.horadopovo.com.br

Trabalhadores param Paris contra reforma da Previdência de Macron



Stephane de Sakumi/AFP

Manifestação durante a greve contra o ataque do governo à Previdência

Suspensão do Parlamento britânico é “ilegal”, decide tribunal escocês

O fechamento do parlamento britânico por cinco cruciais semanas na reta final do Brexit foi considerado “ilegal”, “nulo” e “sem efeito” pelo Supremo Tribunal Civil da Escócia na quarta-feira (11), aumentando a pressão sobre o governo de Boris Johnson, que suspendeu os trabalhos legislativos até 14 de outubro sob protestos da oposição, culminando uma semana só de derrotas (seis), perda da maioria e até expulsão de 21 deputados do partido governista.

A decisão, sobre a qual ainda há recurso, levou a oposição a exigir a imediata reabertura do parlamento britânico e a renúncia do primeiro-ministro por “enganar a rainha”. A questão agora irá ao Supremo Tribunal do Reino Unido, na terça-feira (17). 30 deputados se reuniram diante do parlamento em Londres para exigir que o legislativo volte a atuar já: “estamos aqui, estamos prontos para trabalhar”. Adeptos do Brexit sem acordo – que sem a menor cerimônia tem se revelado um ‘Brexit para o colo de Trump’ – ficaram possesos com a sentença.

Impetrada por 78 deputados, a ação denunciou que o verdadeiro objetivo do inusitado fechamento do parlamento no momento da maior crise do país em décadas foi de impedir a atuação dos deputados para barrar um ‘Brexit sem acordo’ e evitar prestar contas ao legislativo sobre as negociações com Bruxelas, ao contrário da cínica ‘justificativa’ dada por Johnson.

A denúncia foi acolhida por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi

por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi

por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi

por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi

por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi

por unanimidade, com os três juízes, encabeçados por Lord Carloway, decidindo que a prorrogação [termo legal para o fechamento temporário] foi

imposta para “prevenir ou impedir o parlamento de legislar sobre o Brexit” e para “permitir ao executivo seguir uma política de Sem Acordo, sem qualquer interferência parlamentar”, revogando sentença preliminar, em instância inferior, que dizia que não cabia ao judiciário se manifestar.

Como assinalou Carloway, embora em situação de rotina essa questão não seria apreciada por uma corte, passa a ser quando as circunstâncias e os documentos apresentados demonstram o propósito do governo de “bloquear o escrutínio do executivo pelo parlamento, que é o pilar da democracia e do estado de direito” e ser essa “a verdadeira razão para a prorrogação”.

Documentos apresentados demonstraram que Johnson discutiu a suspensão do parlamento semanas antes de formalmente pedir isso à rainha.

Trata-se de “um caso flagrante de uma clara falha no cumprimento de padrões geralmente aceitos de comportamento das autoridades públicas”, assinalou o juiz Philip Brodie. “A única interferência que pode ser feita é que o governo do Reino Unido e o primeiro-ministro desejavam restringir o Parlamento”, acrescentou.

Por determinação do juiz James Drummond Young, a corte declarou que “o conselho do Primeiro Ministro a HM (Sua Majestade) a Rainha e a prorrogação que se seguiu foram ilegais e, portanto, nulas e sem efeito”.

Quanto às circunstâncias, é o que não falta: colapso do governo, com o partido desidratado; fechamento, com

lário é a maior população de presos do planeta; o combate ao racismo, que segue à vista de todos, inclusive com passe livre para matar, que resultou no movimento Black Lives Matter; a defesa ambiental; e o controle de armas, com os tiroteios em massa fazendo todo dia novas vítimas.

Como comentou o People’s Word, no debate foram escassas, se houve alguma, as referências aos trabalhadores e seus direitos. “Ninguém mencionou a economia, embora Sanders haja novamente denunciado a diferença extrema de riqueza e renda entre o 1% e o resto de nós”.

Note-se que isso ocorre em meio a uma grande discussão na sociedade norte-americana sobre se haverá recessão, se a bolha vai explodir, se a guerra comercial vai provocar uma recessão mundial, se o Fed vai fazer o que Trump pede e vai passar no liquidificador os já minúsculos juros ou se a compra de papéis podres vai voltar.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br

discurso real, implicando em que o parlamento só voltaria a discutir o acordo de Brexit após a cúpula da União Europeia que decidirá, pelo lado europeu, a questão, já que volta no dia 14, discute discurso por mais seis dias, aí já é dia 20, e a cúpula foi 17-18 de outubro. Um governo de minoria decide, sozinho, a questão mais divisiva da sociedade britânica em décadas.

A sentença também deixa implícita a má-fé de Boris Johnson, cujo conselho à rainha para que assinasse a suspensão do parlamento por cinco semanas foi visto como uma violação “do princípio da boa governança, consagrado na Constituição, que se segue do princípio da democracia e da regra da lei”.

“Você não pode infringir a lei com impunidade, Boris Johnson”, disse Joanna Cherry, parlamentar do Partido Nacional Escocês que encabeçou o questionamento legal. “Estamos pedindo que o parlamento seja convocado imediatamente”, disse ela à Sky News após o veredicto.

Em nome dos trabalhadores, o deputado Keir Starmer, secretário do partido para as questões do Brexit, instou o governo Johnson a convocar “imediatamente” os deputados a Westminster “para poderem decidir o que fazer”.

Aplaudindo a sentença, Starmer acrescentou que “era óbvio para todos que a suspensão do parlamento neste momento crucial era uma decisão errada” e que o primeiro-ministro “não estava falando a verdade sobre o porque do que estava fazendo”. “A ideia de suspender o parlamento ofendeu todos no país inteiro”, reiterou.

Matéria completa em www.horadopovo.com.br

Essa greve foi a primeira grande mobilização contra o plano do presidente Emmanuel Macron de implementar um sistema de previdência que chamam de “universal”. A ‘reforma’, porém, não é para universalizar melhores condições para todos, mas para tirar de algumas categorias direitos já garantidos.

Na França, trabalhadores que realizam tarefas consideradas duras ou perigosas, ficam dentro de regimes especiais de pensões que lhes permitem, por exemplo, uma aposentadoria antecipada. É o caso dos funcionários da RATP, mas também dos militares ou funcionários públicos que contribuem numa caixa autônoma.

O Tribunal de Contas francês calculou que a idade média de aposentadoria dos

trabalhadores da RATP em 2017 era 55,7 anos, contra 63 anos da maioria dos trabalhadores. O regime vigente lhes permite se aposentar entre os 51 e os 62 anos, com uma pensão calculada unicamente sobre os seis últimos meses de sua carreira. Se lhes aplicassem o novo regime geral poderiam perder 30% da quantia de seus benefícios.

“Não é uma greve de privilegiados, esta é uma greve de trabalhadores que afirmam: ‘queremos nos aposentar com uma idade razoável e em condições razoáveis’”, declarou à rádio FranceInfo, Philippe Martinez, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho, CGT, uma das principais centrais sindicais da França.

“Amanhã a RATP, ontem a saúde”, o governo deve “tomar em conta a cólera que está aumentando desde há meses”, disse Martínez em referência a outras frentes sociais, como a greve nos serviços de urgências em cerca de 250 hospitais públicos franceses, que está prestes a chegar aos seis meses.

A greve desta sexta foi a maior no setor de transportes de Paris desde 2007, quando o ex-presidente Nicolas Sarkozy apresentou uma reforma previdenciária que aumentou a idade de aposentadoria da maioria dos funcionários públicos.

Solidaires, outra das centrais, explica que defendem esse regime especial porque o consideram a “base de um contrato social construído para criar um certo equilíbrio frente às obrigações vinculadas a suas missões de serviço público”.

Frete a este projeto que se mostra explosivo, já que todas as tentativas anteriores provocaram grandes manifestações, o governo resolveu não se apressar. “Tomaremos todo o tempo necessário” para abordar a reforma das aposentadorias, antes da votação prevista para 2020, declarou, o primeiro ministro, Edouard Philippe.

SUSANA LISCHINSKY

Sanções ilegais de Trump causam escassez de combustíveis em Cuba

O presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, denunciou em programa ao vivo pela tevê que as sanções do governo Trump contra os navios que transportam petróleo à Ilha forçaram o governo de Havana a tomar medidas emergenciais contra a escassez de combustível neste mês de setembro. Só dois navios vão levar combustível a Cuba no período, um que chega no sábado (14) e outro no fim do mês.

A falta de combustível causou cenas de aglomeração de pessoas à espera de transporte público por horas, e dificuldades no abastecimento. Como destacou o líder cubano, as medidas temporárias terão como objetivo “minimizar o impacto nos serviços básicos para a população, garantir a economia e assegurar atenção em áreas-chave da sociedade”.

As sanções contra navios em geral que atracam em Cuba para realizar comércio em vigor há décadas, somaram-se desde abril sanções específicas do regime Trump contra os navios da PDVSA, a estatal venezuelana que é a principal fornecedora de petróleo à Ilha há quase 20 anos.

“Temos que realizar negociações constantes para ver como conseguimos trazer combustível para o país, e as últimas... não funcionaram”, explicou o líder cubano. “Apesar dos esforços realizados, não se conseguiu a chegada de embarques que assegurem o equilíbrio na disponibilidade de combustível”, afirmou Díaz-Canel. O que ele atribuiu “à agressividade das medidas do império”, acrescentando, porém, que se trata de uma

trabalhadores da RATP em 2017 era 55,7 anos, contra 63 anos da maioria dos trabalhadores. O regime vigente lhes permite se aposentar entre os 51 e os 62 anos, com uma pensão calculada unicamente sobre os seis últimos meses de sua carreira. Se lhes aplicassem o novo regime geral poderiam perder 30% da quantia de seus benefícios.

“Não é uma greve de privilegiados, esta é uma greve de trabalhadores que afirmam: ‘queremos nos aposentar com uma idade razoável e em condições razoáveis’”, declarou à rádio FranceInfo, Philippe Martinez, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho, CGT, uma das principais centrais sindicais da França.

“Amanhã a RATP, ontem a saúde”, o governo deve “tomar em conta a cólera que está aumentando desde há meses”, disse Martínez em referência a outras frentes sociais, como a greve nos serviços de urgências em cerca de 250 hospitais públicos franceses, que está prestes a chegar aos seis meses.

A greve desta sexta foi a maior no setor de transportes de Paris desde 2007, quando o ex-presidente Nicolas Sarkozy apresentou uma reforma previdenciária que aumentou a idade de aposentadoria da maioria dos funcionários públicos.

Solidaires, outra das centrais, explica que defendem esse regime especial porque o consideram a “base de um contrato social construído para criar um certo equilíbrio frente às obrigações vinculadas a suas missões de serviço público”.

Frete a este projeto que se mostra explosivo, já que todas as tentativas anteriores provocaram grandes manifestações, o governo resolveu não se apressar. “Tomaremos todo o tempo necessário” para abordar a reforma das aposentadorias, antes da votação prevista para 2020, declarou, o primeiro ministro, Edouard Philippe.

SUSANA LISCHINSKY

Sanções ilegais de Trump causam escassez de combustíveis em Cuba

O presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, denunciou em programa ao vivo pela tevê que as sanções do governo Trump contra os navios que transportam petróleo à Ilha forçaram o governo de Havana a tomar medidas emergenciais contra a escassez de combustível neste mês de setembro. Só dois navios vão levar combustível a Cuba no período, um que chega no sábado (14) e outro no fim do mês.

A falta de combustível causou cenas de aglomeração de pessoas à espera de transporte público por horas, e dificuldades no abastecimento. Como destacou o líder cubano, as medidas temporárias terão como objetivo “minimizar o impacto nos serviços básicos para a população, garantir a economia e assegurar atenção em áreas-chave da sociedade”.

As sanções contra navios em geral que atracam em Cuba para realizar comércio em vigor há décadas, somaram-se desde abril sanções específicas do regime Trump contra os navios da PDVSA, a estatal venezuelana que é a principal fornecedora de petróleo à Ilha há quase 20 anos.

“Temos que realizar negociações constantes para ver como conseguimos trazer combustível para o país, e as últimas... não funcionaram”, explicou o líder cubano. “Apesar dos esforços realizados, não se conseguiu a chegada de embarques que assegurem o equilíbrio na disponibilidade de combustível”, afirmou Díaz-Canel. O que ele atribuiu “à agressividade das medidas do império”, acrescentando, porém, que se trata de uma

trabalhadores da RATP em 2017 era 55,7 anos, contra 63 anos da maioria dos trabalhadores. O regime vigente lhes permite se aposentar entre os 51 e os 62 anos, com uma pensão calculada unicamente sobre os seis últimos meses de sua carreira. Se lhes aplicassem o novo regime geral poderiam perder 30% da quantia de seus benefícios.

“Não é uma greve de privilegiados, esta é uma greve de trabalhadores que afirmam: ‘queremos nos aposentar com uma idade razoável e em condições razoáveis’”, declarou à rádio FranceInfo, Philippe Martinez, secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho, CGT, uma das principais centrais sindicais da França.

“Amanhã a RATP, ontem a saúde”, o governo deve “tomar em conta a cólera que está aumentando desde há meses”, disse Martínez em referência a outras frentes sociais, como a greve nos serviços de urgências em cerca de 250 hospitais públicos franceses, que está prestes a chegar aos seis meses.

Crise capitalista mundial e tendências (3)

Continuação da edição anterior

Um momento de crise não implica necessariamente que vai haver transformação, pode haver retrocesso. As revoluções se fazem no momento de crise, não no momento de normalidade. Mas não uma crise qualquer. Uma crise cíclica não necessariamente abre espaço para uma revolução, pois é um período curto, mas uma crise estrutural, mais profunda, mais prolongada, abre espaço para a transformação. Mas, se as forças revolucionárias não aproveitam a crise para transformar, para fazer a revolução, aí a direita cresce e vem a possibilidade de retrocesso

NILSON ARAÚJO DE SOUZA

Monicionei antes que, na raiz da crise estrutural mundial, encontrava-se, além da queda da taxa de lucro e de outras contradições, o desenvolvimento desigual, que na época se manifestava no declínio relativo da economia dos EUA em relação às do Japão e da Alemanha. Isso ocorreu no período que vai dos anos 1950 à década de 1980. Atualmente, no entanto, conforme demonstrou o prof. Luis Fernandes, manifesta-se na forte expansão das forças produtivas da China em detrimento dos EUA.

E por que os Estados Unidos, no fundamental, vêm declinando do ponto de vista econômico? A questão chave é que, nessa época decadente de domínio do capital financeiro, quem comanda seu Estado é a oligarquia financeira, e o usa para favorecer o parasitismo, o rentismo, e não a atividade produtiva. Os pacotes fiscal-monetários adotados a partir da grande recessão de 2007-2009 expressam essa realidade: foram injetadas toneladas de dólares para comprar os títulos podres armazenados nos bancos. Não significa que não haja estímulo à atividade produtiva; significa que o preponderante, inclusive na crise de agora, é favorecer a oligarquia financeira.

Na China, a força social que comanda o Estado através do Partido Comunista estabeleceu que sua prioridade é o desenvolvimento das forças produtivas, como base para o desenvolvimento do país, e para isso recorre ao Estado nacional como instrumento fundamental para realizar esse desenvolvimento. Independente de se manter nos marcos do socialismo ou haver transitado para o capitalismo de Estado, o fundamental é que a China tem utilizado esse instrumento poderoso que é o Estado nacional como instrumento do desenvolvimento. É certo que, numa sorte de NEP tardia, a China incorporou crescentemente mecanismos de mercado desde a Reforma de 1978, liderada por *Deng Xiaoping*. Por isso, há os que consideram que foram esses mecanismos de mercado os principais responsáveis por essa forte e prolongada expansão das forças produtivas. Se esses mecanismos têm esse condão, por que então as chamadas economias de mercado – isto é, capitalistas – estão, no fundamental, mergulhadas na estagnação há décadas? Os mecanismos de mercado, ao contrário, se ultrapassarem os limites em que possam ser controlados pelo Estado, podem ser importantes fatores de crise, como ocorre nas economias capitalistas. Foram eles que serviram de correia de transmissão para que a grande recessão deflagrada em 2007 se introduzisse na economia chinesa, derrubando seu ritmo de crescimento. Como vimos, foi a ação do Estado chinês que evitou que a queda fosse maior.

Esse soerguimento econômico da China, ao lado da



decadência dos EUA, vem provocando o renascimento do multilateralismo, que havia sucumbido com o fim da União Soviética. Mas, ao mesmo tempo em que o renascimento do multilateralismo tem essa base econômica, cabe o registro, feito pelo companheiro Antônio Pimenta durante o seminário, de que no plano político tem cabido à Rússia, no que tem sido visto como um “renascimento”, o principal enfrentamento à política imperialista de Washington, como visto recentemente na Síria e, agora, na Venezuela.

Esse papel político da Rússia tem como base sua condição inegável de superpotência nuclear e a prevalência de uma orientação pela soberania em seu governo, e é exercido em ampla unidade com a China, além de reforçado com instrumentos como a União Euroasiática, o Tratado de Xangai e os Brics.

A recusa da Rússia, acompanhada pela China, no Conselho de Segurança da ONU, de que a Síria sofresse o mesmo destino da Líbia, em 2013, marcou a restauração mínima da Carta da ONU, garantindo o espaço para a ajuda militar no período mais difícil, o que decidiu a vitória síria.

A ordem unilateral que sucedeu ao desmoronamento da União Soviética está definindo, o que limita a possibilidade de o império estadunidense seguir tentando impor a extraterritorialidade das suas leis internas, assim como o uso político de instrumentos supostamente ‘neutros’, como o desligamento do Irã do sistema de pagamentos internacional *Swift*, o que chegou a ser aventado contra a Rússia no auge da crise do referendo na Crimeia. Limita, mas não impede: as potências imperialistas tendem a ficar mais agressivas no momento de decadência.

Outro aspecto da política da Rússia tem sido a aliança com a Opep para sustentar o preço do petróleo, bem como a desdolarização de sua economia, dois aspectos que estão interligados.

Ao mesmo tempo, a Rússia busca manter relações intensas com a Europa, particularmente com a Alemanha, como se vê hoje com o *Nord Stream*. Os europeus são os maiores parceiros comerciais da Rússia, mas a importância da China é crescente.

A marcha da Rússia a leste se intensificou, com os acordos com a China para fornecimento de gás e para projetos conjuntos nos setores de tecnologia de ponta (aviões civis de grande porte, fusão nuclear e outros).

No plano econômico, a Rússia, em termos de PIB



medido pela paridade de poder de compra, vem disputando com a Alemanha a quinta posição, e o objetivo colocado pelo governo Putin é de que a Rússia esteja entre as cinco maiores economias do mundo. As sanções decretadas por Washington contra a Rússia e acatadas pelos europeus permitiram que parte da indústria leve e do setor agrícola – especialmente grãos – fosse reativada, depois de desmontada na década de 1990. Além disso, o Estado voltou a ter um papel fundamental na economia: além dos bancos estatais, a parte mais importante do petróleo e gás foi reestatizada, além de unificada a indústria de defesa, que é estatal.

O desenvolvimento desigual, que possibilita o soerguimento da China e a retomada da Rússia, ao mesmo tempo em que declina o império estadunidense, reforça as tendências à crise estrutural do sistema capitalista mundial.

O certo é que nós estamos nesta crise mais geral, estrutural, profunda, que abre duas grandes possibilidades. De um lado, abre a possibilidade de uma mudança. Aquela colocação do Marx: quando as forças produtivas ultrapassam as relações de produção prevalentes, abre-se um período de crise e a possibilidade de uma mudança, de uma transformação, com a ruptura das relações de produção. Foi isso que ocorreu na última crise estrutural, de 1914 a 1945. Ocorreu a primeira revolução socialista da história, e abriu espaço para a descolonização da África e da Ásia e para o *welfare state* na Europa. Mas, se as mudanças não são feitas, aí abre espaço para o retrocesso. Um momento de crise não implica necessariamente que vai haver transformação, pode haver retrocesso.

As revoluções se fazem no momento de crise, não no momento de normalidade. Mas não uma crise qualquer. Uma crise cíclica não necessariamente abre espaço para uma revolução, pois é um período curto, mas uma crise estrutural, mais profunda, mais prolongada, abre espaço para a transformação. Mas, se as forças revolucionárias não aproveitam a crise para transformar, para fazer a revolução, aí a direita cresce e vem a possibilidade de retrocesso.

Assim, temos de buscar uma alternativa a esta situação do capitalismo, precisamos de uma alternativa. E, nesta alternativa, uma questão chave, decisiva, a meu ver, é definir quem é o inimigo principal. Se não se

define o inimigo principal, não se podem definir quais são as forças que se vai reunir para fazer a revolução e as transformações.

O inimigo principal é a oligarquia financeira que comanda a principal potência imperialista do mundo, os Estados Unidos. Está em decadência, mas segue forte, armada até os dentes e acirrando seus ânimos agressivos, como costuma ocorrer com qualquer potência em declínio. Se é esse o inimigo principal, abre espaço para uma ampla coalizão para isolá-lo. E esse inimigo está nos dando cada vez mais razão, porque a cada ação mais contribui para o seu isolamento.

Esta questão da Frente Ampla, no meu entender, não é só uma questão brasileira. Temos acompanhado a emergência no mundo das forças da ultradireita, fato que tem sido destacado pelo companheiro Renato Rabelo. Então nós temos que formar uma frente a nível internacional. Temos que buscar em todas as nossas relações internacionais formar a frente mais ampla possível, que isole o imperialismo, que isole a oligarquia financeira, de cujas entranhas nasce a ultradireita. Quanto mais avançarmos nisso, mais criaremos as condições para nossa alternativa se viabilizar.

Como essa crise mundial se reflete na periferia? Seu impacto decorre da forma dependente como a periferia se insere no mundo capitalista. Mas seu impacto na periferia não quer dizer que necessariamente ela tenha que entrar em crise. Vai depender, em grande medida, da ação que seus governantes têm diante da crise. É preciso, como condensa ideograma chinês para crise, aproveitar a crise como oportunidade para fazer a transformação.

O impacto da crise mundial sobre as nações da periferia e particularmente na América Latina não é algo definitivo. A consequência dele depende da reação que se tenha, da resposta que se dê. Por exemplo, qual foi a resposta que Getúlio Vargas deu à crise de então? Implementou um Programa Nacional de Desenvolvimento para transformar o país de agroexportador em urbano-industrial. Um governo da ditadura de 1964, o do general Geisel, diante da crise da década de 1970, adotou o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), e, por isso, enquanto o mundo estava em crise, o Brasil seguia crescendo. Se a resposta

É óbvio que, para abrir espaço para a implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento, temos que, primeiro, afastar do caminho esse governo proto-fascista que combina o mais desbragado obscurantismo no terreno das ideias com a mais deslavada submissão ao que há de mais reacionário nos EUA, a ameaça de entrega de todo nosso patrimônio público, o ataque violento aos direitos dos trabalhadores e a ameaça à democracia tão duramente conquistada e construída a partir do fim da ditadura e que foi consagrada na Constituição de 1988. A tarefa imediata é formar a mais ampla frente política e social para bloquear esse caminho. Mas devemos desde já construir esse Plano e começar a divulgá-lo. Ou seja, como é natural, caminhar com as duas pernas

é essa, aproveita-se a crise, como dizem os chineses, como oportunidade.

A questão básica é contar com um Plano Nacional de Desenvolvimento. Aqui no Brasil temos uma referência histórica. É claro que temos uma nova realidade e que devemos aprofundar e elaborar em cima dela, mas sempre nos inspirando na nossa história, com vistas à construção do futuro. E o que nos diz a história? Que o período em que as forças produtivas no Brasil mais se desenvolveram foi o da vigência do nacional-desenvolvimentismo deflagrado por Getúlio Vargas. Qual é a essência do nacional-desenvolvimentismo? Desenvolvimento com controle nacional, voltado para o mercado interno alavancado pelo salário e utilizando o Estado como instrumento fundamental, numa sorte de capitalismo de estado. Essa etapa da Revolução Brasileira poderia ter sido completada com a implementação das Reformas de Base de João Goulart, mas foi interrompida pelo golpe de 1964. São elementos que podem nos inspirar para podermos elaborar o nosso programa atual. É só assim que vamos reconstruir, consolidar e defender o nosso Estado-nação. Porque, se não se desenvolvem as forças produtivas, se se está debilitado deste ponto de vista, a ação imperialista tende a ter um peso muito grande em nosso Estado-nação. A implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento poderia significar a retomada, aprofundamento e conclusão da revolução deflagrada em 1930 e abrir espaço para uma

nova etapa em que os seres humanos, em lugar de serem dominados pelas forças da economia, exerçam seu comando sobre elas e assim possam usá-las em seu benefício, ou seja, como disse Claudio Campos: “Libertar o Brasil. Construir o Socialismo”.

É óbvio que, para abrir espaço para a implementação de um Plano Nacional de Desenvolvimento, temos que, primeiro, afastar do caminho esse governo proto-fascista que combina o mais desbragado obscurantismo no terreno das ideias com a mais deslavada submissão ao que há de mais reacionário nos EUA, a ameaça de entrega de todo nosso patrimônio público, o ataque violento aos direitos dos trabalhadores e a ameaça à democracia tão duramente conquistada e construída a partir do fim da ditadura e que foi consagrada na Constituição de 1988. A tarefa imediata é formar a mais ampla frente política e social para bloquear esse caminho. Mas devemos desde já construir esse Plano e começar a divulgá-lo. Ou seja, como é natural, caminhar com as duas pernas.

** O autor é Doutor em Economia pela Universidad Nacional Autónoma de México, com pós-Doutorado em Economia pela USP; autor de vários livros, artigos e ensaios sobre Economia Brasileira, Economia Latino-Americana e Economia Mundial; professor do Programa de Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina da UNILA; membro do Comitê Central e da Comissão Política Nacional do PCdoB.*